



UNIVERSIDADE FEDERAL DA GRANDE DOURADOS
Faculdade de Direito e Relações Internacionais
Curso de Relações Internacionais - FADIR

Maria Eduarda Rojo

Resolução Pacífica de Conflitos:
Uma análise comparativa das ações não-violentas em Nashville e no Egito

Dourados - MS
2021

Maria Eduarda Rojo

Resolução Pacífica de Conflitos:

Uma análise comparativa das ações não-violentas em Nashville e no Egito

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado à Banca Examinadora da Universidade Federal da Grande Dourados, como pré-requisito para obtenção do título de Bacharel em Relações Internacionais, sob a orientação do Prof. Dr. Matheus de Carvalho Hernandez.

**Dourados - MS
2021**

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP).

R741r Rojo, Maria Eduarda
RESOLUÇÃO PACÍFICA DE CONFLITOS: Uma análise comparativa das ações não-violentas em Nashville e no Egito [recurso eletrônico] / Maria Eduarda Rojo. -- 2021.
Arquivo em formato pdf.

Orientador: Matheus de Carvalho Hernandez.
TCC (Graduação em Relações Internacionais)-Universidade Federal da Grande Dourados, 2021.
Disponível no Repositório Institucional da UFGD em:
<https://portal.ufgd.edu.br/setor/biblioteca/repositorio>

1. Ações não-violentas. 2. Segregação. 3. Primavera Árabe. 4. Conflitos. I. Hernandez, Matheus De Carvalho. II. Título.

Ficha catalográfica elaborada automaticamente de acordo com os dados fornecidos pelo(a) autor(a).

©Direitos reservados. Permitido a reprodução parcial desde que citada a fonte.



ATA DE DEFESA DO TRABALHO DE CONCLUSÃO DE CURSO

Em 29 de novembro de 2021, compareceu para defesa pública on-line do Trabalho de Conclusão de Curso, requisito obrigatório para a obtenção do título de Bacharel em Relações Internacionais, a aluna **Maria Eduarda Rojo** tendo como título **“Resolução Pacífica de Conflitos: Uma análise comparativa das ações não-violentas em Nashville e no Egito”**.

Constituíram a Banca Examinadora os professores **Dr. Matheus de Carvalho Hernandez** (orientador), **Me. Lisa Belmiro Camara** (examinadora), **Me. Mariana Pi ai Ersina** (examinadora).

Após a apresentação e as observações dos membros da banca avaliadora, o trabalho foi considerado APROVADO.

Por nada mais terem a declarar, assinam a presente Ata.

Observações: Feitas as correções pontuais indicadas pela banca e tendo em vista a grande qualidade do trabalho defendido, recomenda-se que a candidata elabore um artigo e/ou um projeto de mestrado a fim de dar continuidade.

Assinaturas:

Dr. Matheus de Carvalho Hernandez

Orientador



Documento assinado digitalmente
Lisa Belmiro Camara
Data: 29/11/2021 19:07:49-0300
CPF: 124.518.706-64
Verifique as assinaturas em <https://v.ufsc.br>

Me. Lisa Belmiro Camara

Examinadora

Me. Mariana

Piai Ersina

Examinadora

AGRADECIMENTOS

Aos meus pais e irmão, minha eterna gratidão por todo o apoio, carinho e amor incondicional.

Aos meus amigos Bianca Garrido, Ana Beatriz Messias, Bruna Alves e João Guilherme Squinelato, meu agradecimento pela paciência, incentivo e companheirismo ao longo dos anos.

Aos meus demais amigos e colegas, agradeço por todos os momentos compartilhados ao longo desta caminhada.

Ao Prof. Dr. Matheus de Carvalho Hernandez, meu enorme agradecimento pela orientação, apoio e paciência nesta difícil jornada.

À minha querida e amada avó, Inês, que infelizmente nos deixou este ano: eu te amo para sempre, vó.

RESUMO

Em uma conjuntura conflituosa, os caminhos para as resoluções e coordenações das divergências entre as partes são diversos, tendo como possíveis saídas tanto os meios bélicos, quanto também os pacíficos. Em consonância com estes últimos, é interessante destacar o papel das ações não-violentas dos movimentos da sociedade civil como importantes mecanismos para que se atinja uma resolução pacífica dos litígios instaurados, sejam eles domésticos ou até mesmo internacionais. Nesse sentido, se faz necessário entender como essas ações não-violentas contribuem na resolução de conflitos, de modo que medidas mais pacíficas e igualitárias sejam alcançadas nesses contextos, contraponto ao caráter violento que muitas soluções tendem a seguir. Sendo assim, a presente pesquisa tem por objetivo central compreender como tais ações da sociedade civil colaboram para uma resolução pacífica dos conflitos. Dentre os objetivos específicos há, primeiramente, o embasamento teórico pautado na revisão dos Estudos para a Paz e Resolução de Conflitos, seguindo pela apresentação e definição dos elementos constitutivos dessas ações não-violentas enquanto campo teórico, e partindo, também, da observação e análise comparativa dos casos de Nashville, na década de 1960, e das manifestações no Egito, em 2011, durante a Primavera Árabe. Portanto, os procedimentos metodológicos desta pesquisa consistem no levantamento, revisão e análise bibliográfica acerca das condições que tornam as importantes ações não-violentas da sociedade civil factível mecanismo de resolução pacífica de conflitos.

Palavras-chave: Ações não-violentas; segregação; Primavera Árabe; conflitos.

ABSTRACT

In a conflicting conjuncture, the paths to resolutions and coordination of disagreements between the parties are diverse, with both warlike and peaceful means as possible solutions. In consonance with the last ones, it is interesting to highlight the role of nonviolent actions of civil society movements as important mechanisms to achieve a peaceful resolution of the litigations, whether they are domestic or even international. In this sense, it is necessary to understand how these nonviolent actions contribute to the resolution of conflicts, so that more peaceful and egalitarian measures are achieved in these contexts, in counterpoint to the violent character that many solutions tend to follow. Thus, the central objective of this research is to understand how such actions by civil society contribute to a peaceful resolution of conflicts. Among the specific objectives, there is, first of all, the theoretical basis of Peace Studies and Conflict Resolution, followed by the presentation and definition of the elements of these nonviolent actions as a theoretical field, and also the observation and comparative analysis of the cases of Nashville, in the 1960s, and the demonstrations in Egypt, in 2011, during the Arab Spring. Therefore, the methodological procedures of this research consist of the survey, review and bibliographic analysis of the conditions that make the important nonviolent actions of civil society a feasible mechanism for peaceful conflict resolution.

Keywords: Nonviolent actions; segregation; Arab Spring; conflicts.

LISTA DE FIGURAS

Figura 1. O "Triângulo da Violência" de Galtung.....	17
Figura 2. A concepção dos conceitos de violência e paz.....	19

LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 1. Índice de sucesso por objetivo de campanha.....	34
Gráfico 2. Índice de sucesso de campanhas não-violentas e violentas: 1900-2006	35
Gráfico 3. Índice de sucesso por década, 1940-2006	35
Gráfico 4. Índice de sucesso das campanhas por região.....	36

LISTA DE QUADROS

Quadro 1. Quadro comparativo entre as ações não-violentas de Nashville e do Egito.....59

SUMÁRIO

1. INTRODUÇÃO	12
2. REVISÃO TEÓRICA: ESTUDOS PARA A PAZ E RESOLUÇÃO DE CONFLITOS .	15
2.1. Estudos para a Paz	15
2.2. Resolução de Conflitos	23
3. A AÇÃO NÃO-VIOLENTA COMO RESOLUÇÃO DE CONFLITOS	28
4. ANÁLISE COMPARATIVA: OS CASOS DE AÇÃO NÃO-VIOLENTA EM NASHVILLE, NA DÉCADA DE 1960, E NO EGITO, EM 2011,.....	41
4.1. O caso de Nashville	42
4.2. O caso do Egito.....	49
4.3. Análise comparativa dos casos	56
5. CONCLUSÃO	60
REFERÊNCIAS	62

1. INTRODUÇÃO

Após um século marcado por duas guerras mundiais e a polarização do mundo entre as grandes potências, Estados Unidos e União Soviética, no período da Guerra Fria, as dinâmicas de mundo e as resoluções de conflito necessitavam de uma reformulação não-violenta. Apesar da persistência dos conflitos violentos até os dias de hoje, com o desenvolvimento do campo dos Estudos para a Paz, bem como o de Resolução de Conflitos, os quais vinham se consolidando desde a década de 1950, o argumento de que o uso da violência era a única resposta possível para a violência aos poucos perdia espaço e validade. Assim sendo, é por meio da consolidação de ambas as áreas de estudo e as contribuições feitas por seus teóricos, como Johan Galtung, Gene Sharp, Kenneth Boulding, Erica Chenoweth e Maria Stephan, e que serão apresentados ao longo desta monografia, que o entendimento sobre os conceitos de paz, guerra e conflitos puderam e podem continuar a ser ressignificados.

À vista dessas novas ressignificações, os métodos pacíficos de resolução de conflitos ganham notoriedade, sendo as ações não-violentas um destes e o tema central do debate desta pesquisa. Desse modo, por meio da análise comparativa entre as ações não-violentas contra a segregação racial em Nashville, na década de 1960, e as ações da sociedade civil contra o regime ditatorial de Hosni Mubarak no Egito, em 2011 - na chamada Primavera Árabe -, busco contribuir com a análise e verificação empírica da viabilidade destas ações e lutas não-violentas, sendo este o maior desafio do campo teórico atualmente.

Acrescento ainda que, através das descobertas e observações levantadas no decorrer deste estudo, busco contribuir para a disseminação do conhecimento das formas pacíficas de resolução de conflitos, a fim de que as vias bélicas e violentas não mais sejam as alternativas buscadas. Isto pois, ao considerarmos os danos, as perdas e as demais consequências negativas que os conflitos armados e as guerras trazem, se torna extremamente necessária a busca por meios alternativos aos violentos para a resolução desses. Em verdade, após esta colocação e baseando-me na hipótese de que as ações não-violentas da sociedade civil contribuem positivamente para as resoluções de conflito, foi necessário, no entanto e para compreender os métodos, táticas e ferramentas pelas quais estas ações atuam, partir do seguinte questionamento: como as ações não-violentas da sociedade civil contribuem para a resolução pacífica de conflitos?

Dessa maneira, o objetivo geral desta monografia pauta-se na pesquisa e análise de como as ações não-violentas da sociedade civil contribuem para a resolução pacífica de conflitos. Os objetivos específicos, por esse prisma, se dividirão na revisão teórica dos Estudos para a Paz e

Resolução de Conflitos, no estudo e na pesquisa mais detalhada acerca das ações não-violentas e os seus métodos, bem como na análise comparativa para comprovação empírica através das ações em Nashville e no Egito, como já citadas anteriormente. Para que todos os objetivos, geral e específicos, desta monografia e o questionamento anterior pudessem ter fundamento, foram utilizados como fonte de consulta artigos e textos acadêmicos que abordassem as teorias de Estudos para a Paz e Resolução de Conflitos - dando enfoque aos trabalhos sobre as ações não-violentas; livros, jornais, tanto nacionais, quanto internacionais, e documentários a respeito dos casos analisados comparativamente, também serviram como vasta e importante fonte de estudo.

Sendo assim, a divisão da monografia será feita em três capítulos de desenvolvimento, mais a conclusão. No primeiro, será abordada a revisão teórica dos Estudos para a Paz, trazendo as contribuições principalmente de Galtung (1969), através das definições de paz positiva com reconhecimento de formas invisíveis de violência e as injustiças sociais, sendo importantes para os debates feitos nos capítulos sucessores. Ainda neste primeiro capítulo, a revisão teórica de Resolução de Conflitos também será feita, abrangendo os seus diferentes métodos, sejam eles tradicionais, como a negociação, diplomacia, etc., como também os não convencionais e não institucionalizados, como as ações não-violentas da sociedade civil.

Dando sequência, o segundo capítulo irá trazer as discussões e argumentações teóricas acerca das ações não-violentas enquanto mecanismo de resolução pacífica de conflitos. Através dessas colocações, será possível identificar os métodos pelos quais as ações ocorrem, como a não-cooperação, ocupações, protestos, boicotes, dentre outros. Nesta parte da monografia, os estudos desenvolvidos por Chenoweth e Stephan (2011) serão fundamentais para o entendimento de como a organização, planejamento estratégico, adesão popular em massa e diversificada, a definição clara dos objetivos da ação, assim como também o repasse e ensinamento do funcionamento das ações não-violentas aos manifestantes e adeptos à luta, são cruciais para o efetivo sucesso destas ações. Todavia, veremos que, de igual forma, as ações também podem fracassar, sendo necessário a análise comparativa de ambas situações para que a mobilização da teoria se possa tornar mais assertiva face aos conhecimentos das possíveis falhas.

No terceiro e último capítulo, será realizada uma análise comparativa dos casos das ações não-violentas de Nashville, na década de 1960, e do Egito, em 2011. No primeiro caso, as ações por meio de uma organização estrategicamente pensada, ensinamentos acerca de como as ações não-violentas deveriam ocorrer, protestos, ocupações e boicotes, tiveram sucesso em alcançar os seus objetivos, contribuindo diretamente para o início do fim do sistema

segregacionista vigente na época. As ações não-violentas no Egito, contudo, serão analisadas comparativamente com as de Nashville a fim de identificar em quais aspectos e métodos possivelmente falharam, resultando no fracasso parcial das ações que, além da queda de Mubarak, também reivindicavam melhorias nas condições e qualidade de vida.

Por fim, ressalto que será através das explanações realizadas ao longo da pesquisa que buscarei entender como as ações não-violentas contribuem positivamente para uma resolução pacífica de conflitos. Dessa forma, tenho por finalidade demonstrar que as vias alternativas às belicosas e violentas podem e devem ser mais amplamente discutidas e aplicadas, buscando desfechos para conflitos com menores danos, perdas, sobretudo humanas, e demais consequências negativas às sociedades.

2. REVISÃO TEÓRICA: ESTUDOS PARA A PAZ E RESOLUÇÃO DE CONFLITOS

Para dar início à esta monografia, o debate a seguir será realizado com o intuito de proporcionar ao leitor e leitora, o embasamento teórico necessário para a compreensão das análises que serão feitas mais adiante. Para isto, neste primeiro capítulo irei abordar os debates da teoria dos Estudos para a Paz, destacando as contribuições de Johan Galtung para este campo e as variadas formas de violência. Abordarei também as discussões da área de Resolução de Conflitos e os seus diferentes métodos, como por exemplo as ações não-violentas, que são elemento central para esta pesquisa. Será por meio das explicações mais detalhadas dos termos e conceitos destes dois campos, portanto, que os capítulos seguintes irão se pautar, sendo importantes, dessa forma, para a compreensão de toda a discussão aqui feita.

2.1. Estudos para a Paz

O campo teórico dos estudos para a paz tem seu contexto de surgimento institucional a partir da década de 1950, quando estudar e compreender a paz tornava-se elemento crucial em um mundo pós-Segunda Guerra Mundial e em meio ao cenário da Guerra Fria. Como apontado por Ferreira (2017), as dinâmicas conflituosas dessa conjuntura bipolar no mundo geraram um crescente temor pela volta de outra grande guerra, fortalecendo e fomentando, assim, os estudos e agendas para a paz e a busca pela implementação da mesma de maneira eficaz e contínua. Nesse sentido, Ferreira (2017) salienta que tais estudos buscavam demonstrar que a paz não deveria ser apenas um mero conceito e ideal utópico, mas sim colocada como objeto central de pesquisa para que políticas e práticas concretas pudessem ser pensadas e postas em ação. Wallensteen destaca que, “o objetivo dos Estudos [ou Investigações] para a Paz é compreender as causas da violência e encontrar maneiras de reduzir ou acabar com essa violência.” (WALLENSTEEN, 2001: 3 apud FERREIRA, 2017, p.32).

As pesquisas sobre a temática e as preocupações com questões ligadas à paz deram-se, em um primeiro momento, nos Estados Unidos e na Europa. Assim sendo, nos EUA, na década de 1950, nomes como Kenneth Boulding ou Anatole Rapoport se tornaram relevantes para a estruturação inicial da área, bem como a criação do *Journal of Conflict Resolution*, em 1955. De acordo com Oliveira (2017a), os estudos para a paz, que eram denominados de “pesquisa de conflito” (*conflict research*) no país, não partiam da concepção da paz como objeto central de estudo, mas sim da visão de que a mesma se estabeleceria apenas no momento de ausência de guerra ou violência direta. Essa visão se assemelha, em verdade, com a noção de paz

negativa, na qual o conceito de paz é definido por aquilo que ela não é. Em outras palavras, paz sendo definida como a mera inexistência de violência aparente e direta (OLIVEIRA, 2017a), e não pela sua real essência enquanto objeto central de pesquisa. Arenal salienta esse ponto dizendo que,

(...) tradicionalmente, a indagação sobre a paz, realizada sobretudo no quadro das Relações Internacionais como disciplina científica, foi mais uma investigação sobre a guerra, o conflito e sobre a forma de o evitar do que uma investigação sobre a paz enquanto tal, como estado caracterizador das relações sociais. (ARENAL, 1986, p. 24 apud PUREZA, 2011, p.006).

Todavia, apesar da definição negativa da paz da qual partiam as análises inicialmente, Ferreira (2017) explana que esses estudos se mostraram como uma inovação teórica e crítica aos ideais realistas e estratégicos da época, sobretudo em relação à perspectiva da normalização da guerra.

Na Europa, por sua vez, a evolução dos estudos para a paz mostrou-se de forma distinta. Ao contrário dos estadunidenses, os estudiosos europeus colocaram a paz como objeto central em suas pesquisas, as quais foram denominadas por estes de “pesquisas da paz” (*peace research*), se assemelhando à visão da paz positiva. Esta inovação conceitual, estruturada por Galtung na década de 1970, condiz com uma virada teórica em relação à paz e suas definições, entendendo que “(...) se o conceito de paz negativa se define pela ausência de violência direta, o conceito de paz positiva passa a ser definido como a ausência de violência estrutural e a ser articulado por Galtung através da noção de justiça social.” (OLIVEIRA, 2017a, p.157). Para melhor compreensão, justiça social deve ser entendida como a superação das injustiças e desigualdades sociais, propiciando a instauração de uma paz mais duradoura em sociedades mais reflexivas e emancipatórias (OLIVEIRA, 2017a). Ademais, é fundamental frisar que na paz positiva as mudanças acontecem por meios não violentos; a ausência da violência direta continua sendo uma dimensão importante (guerras, conflitos interestatais, etc.), mas não central, virando o seu foco para iniciativas que promovam a integração humana e, em suma, a paz. Nessa lógica, Pureza aponta que “Na raiz da noção de paz positiva está pois o horizonte da integração da humanidade (...)” (PUREZA, 2011, p.009).

De acordo com as ideias até aqui apresentadas acerca das divergentes visões sobre as definições da paz (negativa e positiva), é importante, para entender por completo o que Galtung irá tratar como triângulo da violência (Figura 1), que essas terminologias sejam mais bem descritas. Assim, nessa análise a respeito do triângulo, o sociólogo e grande precursor dos estudos para a paz na Europa, aponta as diferenças entre violência direta, violência estrutural e

violência cultural, demonstrando, de igual modo, a necessidade de uma reorientação teórica de modo a abranger questões e problemáticas para além da violência pessoal direta.

Figura 1. O "Triângulo da Violência" de Galtung



Fonte: AMARAL, 2015.

Isto posto, no primeiro tipo de violência, há uma ação agressiva direta e, portanto, pode ser mais facilmente identificada; essa percepção volta-se para os ideais da paz negativa, segundo a qual apenas a inexistência de uma guerra ou conflitos visivelmente agressivos implicariam na paz, como traz Oliveira (2017a). Já o segundo tipo, a estrutural, de acordo com o que Galtung apresenta, configura-se de maneira invisível e sob um aspecto de dominação, tendo seu epicentro nas questões estruturais das sociedades e do sistema internacional, podendo ser tão violenta quanto a ação direta (GALTUNG, 1969). Nessa visão, há o reconhecimento das discrepantes relações entre centro e periferia, bem como das desigualdades sociais e suas injustiças, que levam a condições não propícias para o estabelecimento efetivo da paz. Em resumo e nas palavras de Galtung, “In order not to overwork the word violence we shall sometimes refer to the condition of structural violence as social injustice.” (GALTUNG, 1969, p.171).¹

Além das violências já definidas, Galtung apresenta também a violência cultural. Esta está interligada com a violência estrutural, atuando como importante e indireto mecanismo de legitimação das desigualdades e injustiças, isto é, atitudes como a xenofobia, racismo, machismo, nacionalismos exacerbados, dentre outras, passam a ser vistas como normais, além

¹ Como forma de não saturar o uso da palavra violência, às vezes deveremos nos referir à violência estrutural como injustiça social.

de também estabelecer binarismos socialmente aceitos, como o bem e o mal, inimigo e amigo, superior e inferior (OLIVEIRA, 2017a). Ainda seguindo com o que é trazido por Oliveira (2017a), essa violência ocorre por canais como a religião, ciência, ideologias, linguagem, etc. Como bem exposto por Dahl,

(...) também deve prestar-se atenção às ‘estruturas subjacentes’ (econômicas, políticas e ideológicas) que sustentam ciclos de opressão e dominação a longo prazo. A injustiça deve ser confrontada de forma direta, garantindo-se defesa e trabalho constantes junto dos mais desfavorecidos. (DAHL, 2012: 257 apud OLIVEIRA, 2017a, p.35).

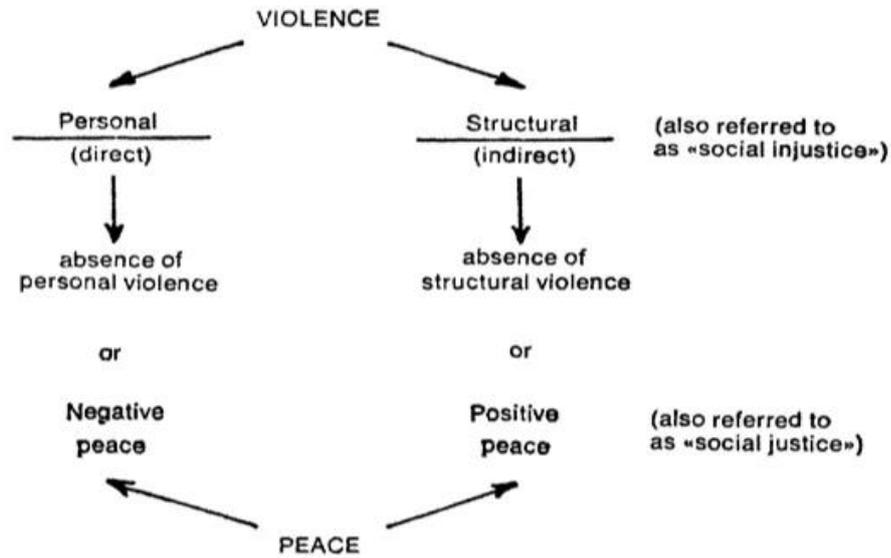
Para Pureza, “A violência cultural, actuando através de mecanismos de interiorização, faz com que as violências directa e estrutural pareçam correctas ou que, pelo menos, não pareçam erradas.” (PUREZA, 2011, p.013).

Sob esse prisma, Daniela Nascimento traz apontamentos acerca dos tipos de violência e do estabelecimento efetivo da paz, dizendo que “Se as estratégias de paz dominantes não percebem as causas mais profundas e menos visíveis da violência, dificilmente poderão ser consideradas eficazes ou sustentáveis.” (NASCIMENTO, 2014, p.16). Ademais, acrescenta ainda que “A paz sustentável deve, portanto, ser construída a partir do reforço das estruturas sociais, económicas e políticas que respondam às necessidades das pessoas.” (NASCIMENTO, 2014, p.15). É por meio desse entendimento geral das diferentes visões de paz e dos tipos de violência, que será possível se pensar em políticas e ações para implementação da paz de modo eficiente e contínuo.

Com base nisso, a figura 2 ilustra quais são os tipos de violência para além da direta, abordadas anteriormente, e que são incorporadas à agenda de estudos para a paz por meio das análises feitas por Galtung na década de 1970, demonstrando quais delas constituem a visão da paz negativa, bem como da paz positiva. Se faz necessário, também, destacar que o sociólogo acredita que ambas as percepções de violência, visível e invisível, devem ter seus papéis igualmente analisados e repensados para a efetiva instauração da paz. Em suas próprias palavras, “Both values, both goals are significant, and it is probably a disservice to man to try, in any abstract way, to say that one is more important than the other.” (GALTUNG, 1969, p.185)². Do mesmo modo, Galtung traz que “(...) em qualquer dos casos, ‘violência é violência [...], independentemente do modo como é exercida: depressa ou devagar, de modo intencional ou não’” (GALTUNG, 1969 apud PUREZA, 2011, p.011).

² Ambos os valores, ambos os objetivos são significativos, e provavelmente é um desserviço para o homem tentar, de qualquer forma abstrata, dizer que um é mais importante do que o outro.

Figura 2. A concepção dos conceitos de violência e paz

Figure 4. *The Extended Concepts of Violence and Peace*

Fonte: GALTUNG, 1969.

Todavia, é interessante apontar que, mesmo sendo uma teoria que se mostrava contrária e crítica ao ideal realista e estratégico à época, o campo dos estudos para a paz, em seu caráter bem inicial, também partiu de uma visão estadocêntrica, tendo como base suas análises da paz pelo viés negativo e enfoque nos conflitos interestatais. Esse ponto é levantado por Ferreira, quando ele traz em seu texto a análise de Dahl: “(...) Elizabeth Dahl diz que ‘dado que as guerras têm sido travadas tradicionalmente entre Estados, os Estudos para a Paz convencionais também tendem a ser mais estadocêntricos por natureza’ (...)” (DAHL, 2012: p.256 apud FERREIRA, 2017, p.33). Nessa mesma linha, Maria Raquel Freire e Paula Duarte Lopes também abordam essa questão, dizendo que,

Apesar desta abordagem ‘rejeccionista’, os primeiros investigadores para a paz, como Johan Galtung no Reino Unido e Kenneth Boulding e Anatol Rappaport nos Estados Unidos da América, não aderiram a uma simples rejeição da interpretação dos principais pressupostos do paradigma realista dominante. (FREIRE; LOPES, 2008, p.14).

Ademais, ambas autoras analisam, porém, que “A trilogia das violências de Galtung torna visível a dinâmica global de exploração.” (FREIRE; LOPES, 2008, p.15). Sendo assim, com a estruturação da visão positiva da paz por Galtung, o campo de estudo se reorienta mesmo

tendo um caráter mais estadocêntrico em seus primórdios, tornando-se, segundo Freire e Lopes, uma abordagem rejeicionista que reconhece uma gama maior de agentes sociais que podem e geram, tal qual o Estado, violência, seja ela direta ou indireta, no âmbito doméstico ou internacional. Em suma, “Atores não estatais difusos, sem objetivos políticos claros e economicamente motivados, também podem ser promotores impactantes de violência dentro de uma dada sociedade.” (FERREIRA, 2017, p.34). Em se tratando da contribuição que essa reorientação teórica trouxe para o campo dos estudos para a paz, Freire e Lopes frisam ainda que este alargamento analítico “(...) permitiu uma melhor contextualização e definição do conceito de paz (...) consolidando finalmente uma perspectiva de investigação que vai além das relações estado-cêntricas de paz e violência.” (FREIRE E LOPES, 2008, p.16).

Por esse prisma, no contexto pós-Guerra Fria, a conjuntura mundial se transforma, dando espaço e visibilidade para novas complexidades e realidades nos centros e nas periferias do sistema internacional e no âmbito doméstico dos países. Como consequência do avanço de ideais neoliberais, os estudos para a paz também se modificaram, tratando, nesse contexto, do estabelecimento de um modelo de paz liberal. Essa nova roupagem liberal da definição da paz é explicada por Paris, como:

(...) uma experimentação que envolve o transplante de modelos ocidentais de organização social, política e econômica para estados dilacerados pela guerra como forma de controle dos conflitos civis: por outras palavras, é a pacificação pela liberalização política e econômica. (PARIS, 1997, p.55 apud PUREZA, 2011, p.015).

É fundamental entender que, nesse momento, como trouxe Oliveira (2017a), há o que Mary Kaldor denomina de novas guerras, isto é, conflitos muito mais complexos envolvendo diversos agentes para além dos Estados, não se assemelhando com as dinâmicas tradicionais dos conflitos interestatais e dificultando, inclusive, o uso dos esforços formais para resolução de conflitos (OLIVEIRA, 2017a).

Seguindo essa linha, Pureza (2011) coloca que esse modelo de paz liberal se torna a implementação de concepções ocidentais e hegemônicas sobre demais Estados, ou o que Mary Kaldor coloca como “Estados falhados” – ou Estados falidos, termo em português. Ou seja, aqueles que se apresentam como uma ameaça à segurança do sistema e, acima de tudo, à de sua população (PUREZA, 2011) e, por meio desse discurso, abre espaço para a legitimação de uma intervenção de países externos em nome da implementação da paz. Em verdade, é uma paz gerida a partir da visão externa, um projeto intervencionista, atuando como mecanismo de opressão social, uma vez que marginaliza as questões e problemáticas reais das “(...) sociedades

que procuram (re)construir.” (NASCIMENTO, 2014, p.12), estabelecendo uma situação não propícia para uma paz sustentável e duradoura (OLIVEIRA, 2017a). Para salientar esse ponto, Pureza afirma que

Nas palavras de Richmond, esta paz construída de fora para dentro ‘é uma forma de hegemonia, importada pela via de intervenções coercivas ou construída através de intervenções ou engenharias sociais, políticas e económicas’ (PUREZA, 2011, p.015).

Sob essa nova perspectiva dos estudos para a paz, Daniela Nascimento (2014) enfatiza outra questão. Segundo a autora, no âmbito da Organização das Nações Unidas, embora teoricamente haja o reconhecimento das complexidades de cada conflito, de cada país e cada realidade, indicando que apenas um único modelo de construção para uma paz sustentável não condiz com as especificidades e problemas a serem resolvidos em todos Estados, na prática “(...) tende a mostrar a imposição de um modelo neoliberal específico, traduzido nas exigências de cumprimento e respeito por um conjunto de direitos e princípios fundamentais do Estado democrático.” (NASCIMENTO, 2014, p.10). Ou ainda o que Pureza trata como sendo uma “(...) moldagem universal das governações nacionais por parâmetros de democracia liberal e de economia de mercado.” (PUREZA, 2011, p.016).

Posto isso e em se tratando da atuação da ONU, Oliveira (2017a) argumenta que as missões de paz da organização aumentaram significativamente no pós-Guerra Fria, tendo como base fundamental essas intervenções em prol do estabelecimento da paz em locais com grande incidência de conflitos intraestatais. Sob esse viés e como trazem Freire e Lopes, “Os conceitos e terminologia avançados pelos estudos para a paz foram adotados no sistema internacional, enquadrando as estratégias de intervenção.” (FREIRE; LOPES, 2008, p.20). Necessário ressaltar que a paz, nessa situação, é entendida pela sua definição negativa. Portanto, ao colocar os estudos para a paz no centro da sua política, as missões da ONU passam a ganhar forte aparato militar, sendo o uso da força feito de maneira hegemônica para controle nas zonas periféricas do sistema internacional, se opondo, assim, aos princípios da paz positiva de Galtung, e da instauração de um modelo estrutural emancipatório, justo e integrativo (OLIVEIRA, 2017a).

Portanto, esse novo modelo da paz se apresenta, em certo ponto, muito semelhante à uma missão civilizatória (PUREZA, 2011; NASCIMENTO, 2014) dos países hegemônicos e centrais sobre aqueles à margem do sistema internacional. Ademais, José Manuel Pureza (2011) analisa ainda que essa nova roupagem das missões civilizatórias acontece de modo distinto em relação às tradicionais, ocorrendo sob a ótica e o discurso da paz positiva que, segundo ele,

serve como mecanismo legitimador das novas formas de dominação. Para ele, a força externa agora atua e se espalha pela via estrutural do sistema, por meios discursivos, normativos, tal como pelo campo do conhecimento e tecnologia (PUREZA, 2011). Por conseguinte, “As perspectivas de paz e estabilidade, na grande maioria, tornaram-se, assim, ilusórias e vazias.” (NASCIMENTO, 2014, p.10).

Isto posto, cumpre lembrar que os estudos para a paz serviram como importante virada teórica no contexto de seu surgimento, dando relevância para a necessidade de se buscar entender a paz a fim de que novas guerras pudessem ser evitadas. Mesmo com suas raízes na busca do entendimento dos conflitos e guerras partindo de uma visão negativa da paz, o campo teve sua reorientação teórica fundada pelas análises, principalmente, de Johan Galtung, com a paz positiva e o entendimento desta como objeto central nas análises do campo. Além disso, com essas inovações, foi possível identificar novas formas de violência para além da visível, e qual definição, negativa ou positiva, cada uma constitui. Com esse entendimento, diversas percepções divergentes surgiram ao longo do tempo, principalmente entre teóricos dos EUA e Europa, sendo os estadunidenses mais voltados para a definição negativa da paz e os europeus partindo mais da visão positiva do conceito.

Todavia, à sombra das complexidades do pós-Guerra Fria, a paz positiva torna-se forte mecanismo de legitimação de intervenções neoliberais de Estados externos em países periféricos, não fomentando a resolução dos problemas estruturais e culturais locais e, como resultante, o não estabelecimento de uma paz duradoura e sustentável. Esse ponto é frisado por Pureza:

A paz liberal, como entendimento hegemônico da paz no pós-Guerra Fria, não assume a coerção típica do imperialismo tradicional como seu instrumento privilegiado. A sua força reside antes na insinuação de um campo normativo consensual que alimenta uma biopolítica cujas tecnologias delimitam e ordenam os sujeitos dominados por práticas discursivas e por redes de conhecimento e significado. (PUREZA, 2011 p.016)

Desse modo, para o autor, mudanças nas dinâmicas do campo dos estudos para a paz devem ser feitas. Destaca, tendo isso em vista, a necessidade de se resgatar o potencial crítico da área, retomando os propósitos fundadores (PUREZA, 2011). Assim como que, para Daniela Nascimento (2014), é substancial que estratégias e ações para a paz impliquem em processos mais profundos e estimuladores da transformação estrutural, econômica, social, cultural do país em questão, promovendo condições de justiça social e diminuição das desigualdades. Em síntese, “(...) se encararmos a paz apenas como a simples ausência de conflito direto violento,

então dificilmente teremos intervenções bem-sucedidas a médio ou longo prazo.” (NASCIMENTO, 2014, p.14).

Assim, após a explanação das diferentes visões do campo dos Estudos para a Paz que foi feita até aqui, faz-se necessário, de igual modo, entendermos os debates que envolvem a área de Resolução de Conflitos. Isto pois, somente através do entendimento e da contextualização desta área, das suas discussões teóricas – como foi feito neste ponto (2.1) -, bem como seus diferentes métodos de atuação, dando destaque principalmente às vias não-violentas, será possível dar sequência, embasamento e coesão às análises feitas adiante.

2.2. Resolução de Conflitos

A área de Resolução de Conflitos (RC) tem - assim como as Relações Internacionais e os Estudos para a Paz - o seu desenvolvimento no período pós-Segunda Guerra Mundial e no complexo contexto do mundo bipolar da Guerra Fria. Segundo Elias, seu surgimento nesse período deu-se “(...) quando pesquisadores começaram a estudar o conflito como um fenômeno geral que permeia as relações sociais, sejam elas internacionais ou domésticas.” (ELIAS, 2009, p.19). Ademais, como apontado por Ricardo Real Sousa (2017a), esse campo de estudo traz consigo a preocupação com a paz e o conflito, sendo este último um fenômeno distinto, tornando necessário a busca por uma explicação do comportamento conflituoso humano (BURTON e SANDOLE, 1986), bem como a modificação de um “(...) estado de guerra para uma paz negativa (ausência de conflito violento) e a paz positiva (ausência de conflito violento e de injustiça social)” (SOUSA, 2017a, p.52).

Em se tratando da abrangência dessa área, “Desde a sua origem que a Resolução de Conflitos se define como multinível, multidisciplinar, multicultural, analítica e normativa, teórica e prática.” (RAMSBOTHAM, WOODHOUSE, MIAL, 2011 apud SOUSA, 2017b, p.108). E, seguindo essa ideia colocada por Ramsbotham, Woodhouse e Miall, Sousa aponta ainda que há teóricos que consideram que a RC constitua uma subárea dos Estudos para a Paz, dizendo que ambos

(...) partilham um compromisso normativo de que as soluções para as causas de conflitos devem ser encontradas através de processos e meios não-violentos – “paz por meios pacíficos” (peace by peaceful means): o conflito, e o conflito violento em particular, são considerados uma doença que deve ser curada, sendo que este objectivo da paz deve ser atingido também por meios não-violentos. (SOUSA, 2017b, p.108).

Nesse prisma, a RC, segundo Elias (2009, p.26), busca sanar as violências tanto direta para o estabelecimento da paz negativa, quanto estruturais e culturais para a instauração, posteriormente, da paz positiva estruturada por Galtung (1969) - como já abordado anteriormente - tratando das causas subjacentes dessas. Em verdade, há o reconhecimento de que o conflito, em si, está intrínseco à vida em sociedade. Pelas palavras de Lopes e Freire, “(...) o conflito existe em todas as sociedades, tal como a paz e a violência.” (2008, p.18) e, portanto,

(...) os conflitos não podem ser resolvidos no sentido de serem eliminados. O que pode ser mitigado, e eventualmente eliminado na sociedade, é a violência, ou seja, a escolha da violência por oposição à paz quando abordamos os conflitos. (FREIRE E LOPES, 2008, p.18).

Em suma, reconhecendo a inerência do conflito na sociedade, a RC busca o estabelecimento de meios alternativos à violência com a finalidade de satisfazer as necessidades e interesses divergentes, uma vez que a origem de conflitos encontra suas raízes, sobretudo, em necessidades fundamentais e humanas não satisfeitas (ELIAS, 2009). Assim, como forma de analisar empiricamente esta questão, nos capítulos adiante trarei os casos de Nashville e do Egito, nos quais se foi possível observar o uso de vias não-violentas - protestos, ocupações e boicotes -, como métodos de resolução, a fim de que os interesses e necessidades básicas da sociedade, pudessem ser sanados, mas sem que fosse preciso necessariamente recorrer à violência.

Para frisar ainda mais esse ponto, Elias afirma que “Os processos de socialização, se não forem compatíveis com o alcance destas necessidades, geram frustração e comportamentos antissociais e beligerantes.” (ELIAS, 2009, p.27). Para mais, Oliveira (2017b) traz, outrossim, que os diferentes interesses dos indivíduos fazem com que os conflitos sejam inevitáveis e intrínsecos, mas não significando, todavia, que a violência e a agressão sejam as saídas mais viáveis. Portanto, partindo do que o autor apresenta, meios e estratégias alternativas às bélicas e militares são fundamentais e se fazem necessárias nessas circunstâncias.

Assim sendo, João Gabriel Rucha-Pereira aponta alguns meios, técnicas e métodos pelos quais a Resolução de Conflitos pode se estabelecer, sendo elencados a mediação, negociação, conciliação, facilitação, ação não-violenta, etc. (RUCHA-PEREIRA, 2016). Além dessas, elenca também vias mais hostis que instrumentalizam o poder de dados atores sobre outros, como a persuasão, embargos e sanções econômicas, intervenções militares, e assim por diante (RUCHA-PEREIRA, 2016). E, em se tratando destas vias inamistosas, António Oliveira salienta que, no contexto pós-Guerra Fria e com o crescente número de conflitos intraestatais,

bem como com a insurgência de novos atores, houve uma abertura para a legitimação do uso de instrumentos militares, “(...) sendo a sua utilização considerada legítima, apropriada e necessária.” (OLIVEIRA, 2017, p.158). Em verdade, “A crescente complexidade dos atuais conflitos deixou de permitir uma abordagem linear para a sua gestão e resolução, exigindo uma aproximação mais diferenciada e específica.” (OLIVEIRA, 2017, p.158).

Em face à essa conjuntura complexa,

A comunidade internacional, nomeadamente as Nações Unidas, com o apoio de algumas organizações regionais, como a OTAN e a União Europeia, tem vindo a intervir de forma crescente na gestão e resolução de conflitos. Constituindo-se numa “terceira parte”, envida os seus esforços pela aplicação de métodos coercivos e não coercivos, com vista a desarmar o antagonismo entre adversários e a favorecer entre eles uma cessação durável da violência. (OLIVEIRA, 2017, p.135).

Como posto, fica a encargo da comunidade internacional a prevenção e interferência em situações de conflitos internos e violentos sendo, caso necessário, legítimo o uso da força militar para o restabelecimento de um ambiente seguro e de paz para os civis (OLIVEIRA, 2017). O uso bélico, porém, deve condizer com a especificidade de cada situação, sendo utilizado apenas por um período de tempo necessário e de forma a dar prioridade aos meios não violentos, sendo que, “(...) Desta forma, o instrumento militar será um elemento relevante para reduzir o nível de violência e dissuadir ou controlar os potenciais agressores.” (OLIVEIRA, 2017, p.160). Para Elias (2009), o envolvimento desses terceiros na resolução de conflitos vem como consequência do aprofundamento dos estudos de conflitos e do maior número de atores envolvidos com o foco, segundo a autora, na facilitação da comunicação entre as partes em conflito, visando satisfazer as necessidades destas.

Na visão de Rucha-Pereira (2016), porém, as formas mais drásticas e de cunho belicoso na RC devem ser evitadas ao máximo, optando-se para os diversos meios de resolução pacífica. Acrescenta também que, em função do número considerável de novos atores envolvidos nesse pós-Guerra Fria, é possível observar uma forte pressão por parte da opinião pública para a adesão às vias e técnicas pacíficas e de cooperação, seja para conflitos tanto no âmbito nacional, quanto no internacional (RUCHA-PEREIRA, 2016). Dentro dessa perspectiva mais focada na resolução pacífica de conflitos, Oliveira (2017b) explana acerca das abordagens pacifistas, as quais, de acordo com ele, apresentam-se de forma crítica em detrimento ao uso da violência para ponderar e minimizar um conflito. Logo,

Como alternativa, as abordagens pacifistas procuram defender ativamente a paz, rejeitar o uso da força e identificar formas radicais de resolver, através de

meios não violentos, os problemas gerados pela opressão política, pelas injustiças sociais e pela guerra. (OLIVEIRA, 2017b, p. 167).

Não obstante, nesse viés o autor frisa (OLIVEIRA, 2017b) que, apesar das enormes consequências negativas que a violência e as guerras trazem para indivíduos e sociedades no geral, como as numerosas mortes e destruições, essas são, sobretudo nas culturas ocidentais, aceitas como meros instrumentos daqueles que buscam a manutenção da sua sobrevivência. Destaca, pois, que a violência, em sua real essência, serve principalmente como mecanismo de legitimação do poder de um dado Estado sobre demais atores, sendo eles nacionais ou internacionais.

A visão pacifista, contudo, por ser contrária aos ideais realistas da guerra e da violência - os quais propõem a naturalização desses instrumentos de poder - recebe críticas por ser considerada uma abordagem ingênua e não condizer com a realidade (OLIVEIRA, 2017b). Seguindo esse ponto, as abordagens pacifistas, por vezes, confundem-se com uma perspectiva passiva e “(...) desprovida de senso prático, uma vez que essa suposta passividade pode deixar a paz ainda mais distante ao estimular, em vez de desencorajar, a agressividade de antagonistas dispostos a intervir de forma violenta.” (OLIVEIRA, 2017b, p.168). Para além dessas questões, “Para grande parte dos críticos do pacifismo, portanto, o uso da força é um mal necessário, o único atalho realista para se evitar um mal maior.” (ALEXANDRA, 2003, p. 589 apud OLIVEIRA, 2017b, p.168).

Em contrapartida, tais abordagens pacifistas, nas palavras de Björkqvist (2009 apud OLIVEIRA, 2017b), visam o comprometimento com as formas não-violentas de resolução, desafiando as perspectivas institucionalizadas e tradicionais das vertentes realistas que tratam da violência como natural e inevitável. Nessas, o enfoque volta-se para as ações de desobediência civil, como protestos, bloqueios, não-cooperação, entre outras, sendo todas realizadas de maneira pacífica, buscando através desses métodos deslegitimar os instrumentos e ações violentas, pelas palavras de Oliveira (2017b). Ao induzir à essa situação de deslegitimação, as retaliações e estratégias violentas perderiam apoio popular, realçando, nesse momento, a necessidade de se buscar vias conciliatórias e não-violentas para solução de conflitos e litígios, a fim de que o diálogo, bem como as negociações entre as partes, pudessem ser restabelecidas (OLIVEIRA, 2017b).

Posto isso, Oliveira traz (2017b), em suma, que a RC em convergência com as questões defendidas pelas abordagens pacifistas, pretende se consolidar como uma ciência da paz. Assim, busca fomentar as formas e estratégias conciliatórias e não-violentas de resolução e, através da produção de conhecimentos acerca destas, fortalecer a condição e o entendimento de

não passividade das vias pacíficas. Seguindo ainda esse ponto, o autor explica, por fim, que apesar da forte visão realista institucionalizada nos Estudos para a Paz, assim como na RC, esta última tem seu caráter prático fortemente permeado pelas ideias do pacifismo e das ações não-violentas (DUKES, 1999; RAMSBOTHAM, WOODHOUSE e MIAL, 2008, apud OLIVEIRA, 2017b), dando destaque essencialmente para as ações e as lutas de Gandhi e Luther King, sendo estas fundamentais para a evolução desses mecanismos e estratégias dentro dos campos de estudo para a paz e conflito.

A partir das discussões e argumentações dispostas ao longo deste capítulo, portanto, o próximo irá abordar de forma mais detalhada as ações não-violentas e como estas funcionam enquanto método pacífico de resolução de conflito. Mediante as argumentações apresentadas e construídas até aqui, a reorientação teórica trazida sobretudo por Galtung, isto é, a explanação acerca das diferentes formas de violência, visíveis e invisíveis, bem como a ressignificação da paz pelo seu viés positivo, traz uma nova perspectiva ao campo dos Estudos para a Paz. Ademais, associando estes argumentos aos debates da área de Resolução de Conflitos, é possível observar que a busca por vias pacíficas e não-violentas de resolução torna-se necessária. Dessa maneira, através das discussões que serão dispostas a seguir, pretendo demonstrar ao leitor e leitora, como estas ações não-violentas da sociedade civil podem contribuir positivamente para as resoluções de conflito, tratando-se de meios pacíficos e viáveis, não sendo necessário recorrer aos métodos de cunho violento e belicoso.

3. A AÇÃO NÃO-VIOLENTA COMO RESOLUÇÃO DE CONFLITOS

Com base nas teorias e conceitos anteriormente tratados, o presente capítulo irá abordar mais a fundo os debates entre autores da área da ação não-violenta como método de resolução de conflitos. Veremos que, apesar do senso comum partir da concepção de que apenas a violência é a única resposta possível para a violência, como apresenta Norberto Bobbio (2003), as ações não-violentas de agentes da sociedade civil têm papel extremamente relevante e alternativo às vias violentas e bélicas, sendo, portanto, um meio possível e viável para a resolução de conflitos e instauração da paz. Assim, partindo da minha hipótese de que as ações não-violentas de movimentos da sociedade civil são passíveis de solucionarem conflitos, irei basear minhas ideias sobretudo nos recentes estudos empíricos estruturados por Erica Chenoweth e Maria Stephan, em seu livro intitulado de *“Why Civil Resistance Works: The Strategic Logic of Nonviolent Conflict”* (2011).

Posto isso, é importante observar que os estudos acerca das ações não-violentas são colocados em duas gerações, sendo a primeira centrada principalmente nos trabalhos e estudos desenvolvidos por Gene Sharp. De acordo com Gilberto Carvalho de Oliveira (2016), uma das preocupações de Sharp era de demonstrar o caráter direto e de resistência das ações não-violentas, frisando, dessa forma, que apesar de serem vias pacíficas, não são passivas. Por suas palavras, “De nenhum modo, a técnica da ação não violenta é passiva. A ação é que é não violenta.” (SHARP, 2005: 39, 41 apud OLIVEIRA, 2016, p.5). Além das contribuições de Sharp para o campo teórico, Kurt Shock também partilha de definições semelhantes, enfatizando, todavia, o caráter não institucionalizado que as ações não-violentas da sociedade civil têm (OLIVEIRA, 2016). Ou seja, diferentemente das vias tradicionais e políticas do Estado que operam através de negociações, diplomacia, conciliação entre as partes etc., dentro do âmbito institucional, as ações atuam por vias de enfrentamento direto, como os protestos, ocupações, boicotes, não-cooperação e outros.

E, aprofundando ainda mais as iniciativas anteriores destes estudiosos, há de se destacar os trabalhos desenvolvidos pela segunda geração, contando com as análises de Randle, Stephan e Chenoweth, os quais “(...) seguem o mesmo caminho, articulando o conceito de ação não violenta com o conceito de resistência civil, a fim de destacar a sua natureza civil e não institucional.” (OLIVEIRA, 2016, p.5). De acordo com esses autores,

(...) a ação não violenta caracteriza-se por ocorrer fora das estruturas e organizações políticas convencionais do estado (Randle, 1994: 9-10), pelo seu

caráter não militar ou não violento e pela centralidade da sociedade civil na articulação e condução das ações. (CHENOWETH; STEPHAN, 2008: 7, 9; ROBERTS, 2009: 2 apud OLIVEIRA, 2016, p.5)

Para Atack (2012 apud OLIVEIRA, 2016), as ações e lutas não-violentas são, em suma, ações políticas coletivas, sendo conduzidas por grupos da sociedade civil e demais cidadãos.

A nova geração, portanto, além de dar sequência aos estudos desenvolvidos anteriormente, enfrenta outras preocupações. Primeiramente, para além da necessidade de comprovação empírica, há, de igual modo, a importância de enfatizar o caráter pragmático e estratégico dessas ações. Isso é necessário para que haja a garantia de que os objetivos determinados por cada uma sejam alcançados da forma mais eficaz possível e com menores danos, sejam eles sociais, políticos ou econômicos. Ademais, também é necessário levar sempre em conta as influências morais e éticas do ideal pacifista, como argumenta Atack (OLIVEIRA, 2016), reconhecendo que o viés não-violento das ações possa ser motivado por questões tanto de princípios, como também questões pragmáticas, não devendo ser reduzidas a apenas uma única perspectiva. Mahatma Gandhi e Martin Luther King, que são as duas figuras mais emblemáticas do pacifismo e não-violência, foram motivados majoritariamente por seus princípios em suas campanhas, mas suas ações também eram movidas por escolhas estratégicas e pragmáticas.

É importante que essa dicotomia entre questões morais e pragmáticas não seja feita, pois podemos reconhecer que sempre teremos, mesmo que de forma branda, influência de nossos princípios e crenças nas tomadas de decisões. Todavia, é de extrema necessidade, sobretudo em mobilizações sociais que visam a mudança ou quebra de um sistema, regime ou governo, que o enfoque seja na parte estratégica da ação. Para sintetizar, Hallward e Norman contribuem dizendo que

(...) aqueles que se envolvem na ação não violenta não fazem suas opções movidos por razões exclusivamente estratégicas, mas sim por uma mescla de princípios e pragmatismo, o que torna preferível evitar reducionismos e adotar uma abordagem mais abrangente e diversificada que considere a não-violência dentro de seus vários contornos e contextos. (HALLWARD; NORMAN, 2015: 5 apud OLIVEIRA 2016, p.6)

Dessa maneira, pela integração que muitos autores empregam entre o pacifismo - questões morais e éticas - e as ações não-violentas pragmáticas, adota-se o conceito de abordagens pacifistas como forma de denominação para a junção dessas visões.

Outra preocupação que aflige a nova geração é a delimitação conceitual da área, sendo crucial diferenciar-se as ações não-violentas em relação aos meios tradicionais de resolução de

conflitos de caráter também não-violento, como a mediação, vias diplomáticas, negociação, prevenção de conflitos, entre outras mais. Em relação à essa diferenciação, Oliveira (2016) traz uma característica importante que diferencia as abordagens pacifistas das demais: o caráter não institucionalizado destas, as quais têm suas raízes na sociedade civil e suas movimentações, sendo conduzidas por vias alternativas às oficiais e institucionais. McCarthy e Sharp (2010 apud OLIVEIRA, 2016) acrescentam ainda outra característica importante dessas ações: são diretas e não passivas, como comumente descritas; ocorrem por vias de protesto e confronto direto, tensões e resistências, não-cooperação, bloqueios, boicotes, ocupações e mais.

As ações não-violentas da sociedade civil, seguindo esse ponto, desafiam a concepção de que apenas os poderes materiais e militares são mecanismos de importância em situações conflituosas, reconhecendo que há outras formas de poder que operam dentro das sociedades e que são tão relevantes quanto essas. Como traz Boulding (1999 apud OLIVEIRA, 2016), o poder econômico e o poder da cooperação ou negação, por exemplo, atuam e estão presentes internamente nas sociedades, mostrando-se tão importantes quanto os demais. Associo esse ponto às ideias de Galtung (1969) sobre a paz positiva – mais bem descrita no primeiro capítulo - que trouxe para o centro do debate dos Estudos para a Paz o quão fundamental é o reconhecimento de outros tipos de violência, assim como estas diferentes formas de poderes que operam nas sociedades, trabalhando para fortalecer e legitimar a perpetuação do uso de mecanismos violentos para a resolução de conflitos. Com base nisso, torna-se essencial a constatação das diversas formas de violência, seja ela direta ou indireta, tal como os tipos de poderes que controlam as sociedades.

Cumprido salientar também que, por ser uma via de mais fácil adesão popular, que tem como base a fuga da perspectiva bélica e volta-se para a aplicação de novas formas de resistência, as ações não-violentas da sociedade civil têm, segundo Chenoweth e Stephan (2011), uma vantagem de participação em relação às insurgências violentas, sendo este um importante fator para determinar o desfecho da ação. Nesse prisma, diferentemente dos que defendem o uso da violência como única resposta à violência (BOBBIO, 2003), nos casos de ações não-violentas sofrerem retaliações, a intenção da repressão sobre os movimentos da sociedade pode ter o efeito contrário. Em outras palavras, as retaliações podem resultar na perda do apoio interno e encorajar uma maior adesão de grupos locais às ações contra o oponente, seja, por exemplo, o sistema ou governo, assim como atrair a atenção e, posteriormente, resultar na condenação dos atos violentos pela comunidade internacional. Como argumentam Sharp e Boulding,

Se os grupos oprimidos repudiam a autoridade do oponente, retirando o seu apoio, recusando-lhe a colaboração e persistindo na desobediência, isto representa um grande desafio e um grande golpe a qualquer grupo social autoritário e opressor ou a qualquer sistema hierárquico que depende do apoio, da aceitação ou da sujeição dos grupos subordinados para sobreviver. (SHARP, 2005: 29, 40; BOULDING, 1999: 11 apud OLIVEIRA, 2016, p.10).

Para que as ações não-violentas alcancem seus objetivos, é de extrema importância que as lógicas pragmáticas de resolução de conflitos dos grupos sociais que interagem e coexistem dentro do sistema, estejam bem delineadas e organizadas. Segundo Sharp (2005 apud OLIVEIRA, 2016), as técnicas das ações não-violentas são aplicadas por meio de uma série de métodos de não-cooperação, protesto, bloqueios, intervenções, boicotes, e que serão tratadas empiricamente no capítulo seguinte através dos casos de Nashville e Egito. Enfatiza, de igual modo, a importância do trabalho logístico ao longo das ações, englobando questões financeiras, comunicações, suprimentos e também transporte. Todas essas táticas e ações pragmáticas devem estar bem estruturadas e pensadas em consonância com os objetivos que são desejados, pois contribuem diretamente para o fortalecimento dos movimentos e ações não-violentas da sociedade civil. Fortalecendo essas ações, se potencializa a exploração das fragilidades dos adversários em lutas bem planejadas, sem a necessidade de recorrer à violência e propiciando a redução de possíveis vítimas e custos grandiosos, como ocorrem em contextos de guerras (Sharp, 2005 apud OLIVEIRA, 2016).

Para aprofundar ainda mais, Sharp traz exemplos das técnicas centrais das ações não-violentas, que devem ser as principais ferramentas dos movimentos e que já foram citadas anteriormente. Mas, com o intuito de exemplificar e esclarecer um pouco melhor como podem e devem agir as ações e lutas não-violentas, dentre essas técnicas estão o protesto e a persuasão, que podem se dar na forma de abaixo-assinado, bandeiras, cartazes, discursos públicos, músicas, slogans e grupos de pressão. Outra técnica por ele destacada é a de não-cooperação, caracterizada pela desobediência civil, boicotes no consumo, produção, em eleições, greves estudantis, de trabalhadores ou gerais, não alistamento militar, assim como bloqueios comerciais. Acrescenta também as obstruções e intervenções não-violentas, que ocorrem por meio de ocupações de vias públicas, transportes e terras, jejum ou greve de fome, criação de vias alternativas às que já existem e são impostas sobre a sociedade, sendo esses apenas alguns exemplos dentre diversas possibilidades de ação não-violenta a serem acatadas.

Nesse ponto, Oliveira (2016) aproveita para destacar também que esses métodos não se limitam contra apenas um único e específico tipo de oponente, já tendo sido utilizadas nos mais diversos cenários, contra diferentes tipos de governos e sistemas, como também apresentam

Chenoweth e Stephan (2011). De acordo com os estudos e longas análises realizadas pelas teóricas, as ações removeram regimes autocráticos do poder na Sérvia, em 2000, Madagascar, em 2002, e Ucrânia, entre 2004 e 2005. Também tiveram sucesso ao colocarem fim à ocupação estrangeira no Líbano, no ano de 2005. No trabalho desenvolvido pelas autoras, elas analisam estes e outros casos de sucesso - assim como de fracasso - das ações da sociedade civil não-violentas e também violentas, embasando seus argumentos na observação de 323 casos, entre 1900 até 2006, os quais tinham divergentes objetivos – mudanças de regimes, expulsão de ocupação estrangeira etc. - dando força para a segunda geração do campo teórico, que visa a comprovação e exploração da efetividade das ações não-violentas através de situações empíricas.

Sob esse prisma, Oliveira traz as considerações de Nepstad (OLIVEIRA, 2016). Para este autor, a comparação entre os casos malsucedidos e bem-sucedidos dá espaço para que a prática da teoria possa ser analisada e refinada, aprendendo através destes em quais pontos e momentos a estratégia falhou ou obteve resultados positivos, contribuindo para o aprimoramento da não-violência nos movimentos de resistência da sociedade. Sharp (2005) também acrescenta à essa questão observando mais a fundo o atual desafio conceitual da área das ações não-violentas, o qual já foi retratado previamente, salientando a necessidade de se colocar em teste o que é teorizado nas mais diversas condições e sob situações mais extremas e de forte repressão. Reforça, similarmente, a análise da viabilidade da aplicação de cada ação em cada contexto diferente, para a compreensão dos possíveis danos e consequências frente aos meios belicosos e violentos. Aproveito para lembrar que, no seguinte capítulo desta monografia, a análise comparativa entre um caso bem-sucedido, sendo este de Nashville, e um malsucedido, o do Egito, também será realizada a fim de buscar compreender quais elementos e fatores contribuíram para o sucesso de uma e o fracasso de outra.

Para dar sequência a estes questionamentos, trago também o que Véronique Dudouet (2008; 2015 apud OLIVEIRA, 2016) aborda em seus estudos, nos quais aponta a importância das ações não-violentas como ferramentas fundamentais na transformação de conflitos. Aproximando-se com o que foi exposto no capítulo anterior, pode-se entender que as diferentes formas de violência observadas inicialmente por Galtung, resultam em relações de poder assimétricas dentro da sociedade e, por esse viés, Dudouet reafirma o enraizamento da violência. Argumenta, por esse prisma, que as ações não-violentas podem proporcionar o empoderamento popular, sendo instrumento extremamente útil àqueles e àquelas que se sentem oprimidos, marginalizados, e necessitam de uma reforma no sistema em que estão inseridos. Seguindo a ideia da autora, Shock evidencia ainda outra questão essencial:

(...) as características dos movimentos pacíficos não podem ser isoladas das características políticas contextuais, pois as escolhas estratégicas e as condições contextuais interagem para moldar os resultados alcançados. (SHOCK, 2005 apud OLIVEIRA, 2016, p.15).

Todavia, em casos em que a repressão toma dimensões muito extremas e fica quase inviável um acordo entre as partes envolvidas, Dudouet (2008; 2015 apud OLIVEIRA, 2016) considera importante a conciliação das ações não-violentas com estratégias transformativas de longo prazo. Ademais, aponta que em determinados casos pode ser também necessário recorrer às vias tradicionais de negociação e mediação, além da possibilidade de formas de intervenção de agentes externos. Nesses casos, especialmente naqueles mais assimétricos, a conciliação entre essas táticas não-violentas tradicionais e de ações da sociedade civil poderão empreender resoluções mais assertivas e menos prejudiciais aos envolvidos.

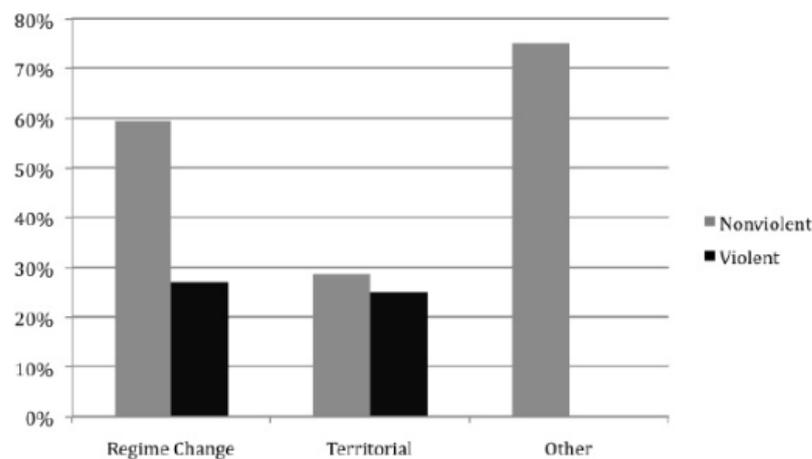
A partir das ponderações feitas até aqui com o intuito de contextualizar a área das ações não-violentas, considero os estudos e pesquisas desenvolvidas por Chenoweth e Stephan (2011) essenciais para o desenrolar deste trabalho. Ambas analisam os resultados de uma série de movimentos e ações não-violentas da sociedade civil, embasando empiricamente as teorias e trabalhos já realizados por autores anteriores a elas - reforçando ser este um dos maiores desafios da segunda geração dos estudiosos da área: a comprovação empírica. Assim sendo, através das suas observações elas refutam o senso comum de que apenas a violência é a resposta para a violência, afirmando que “(...) *in our data, we find the opposite: although they persist, the success rates of violent insurgencies have declined.*” (CHENOWETH; STEPHAN, 2011, p.22)³ e, mesmo que o sucesso das ações não-violentas tenha sido completo, parcial ou não tenha sido alcançado - como irei demonstrar na sequência -, ressalto o quão indispensável é pensarmos nas vias não-violentas de resoluções, principalmente após um século marcado por duas grandes guerras e o acirramento das tensões internacionais e domésticas, a fim de construirmos um mundo mais pacífico e focado no bem-estar das sociedades.

Posto isto, a pesquisa das autoras segue assentando-se no fato de que os resultados e objetivos almejados por cada campanha são diferentes e, conseqüentemente, em virtude de suas divergentes conjunturas, as ações podem ou não obter o sucesso desejado pela resistência, sobretudo em razão das intensas repressões que esses movimentos enfrentam. Dentro da análise das ações e movimentos não-violentos e violentos, as teóricas observam que, comparativamente, houve situações nas quais as primeiras tiveram sucesso relativamente maior

³ Através dos dados coletados de seus estudos, as autoras observam que, apesar dos conflitos violentos persistirem, a porcentagem do sucesso destes têm declinado.

que as violentas, apesar da concepção comumente difundida de que a violência é a única resposta possível para violência. Nas lutas contra regimes, por exemplo, as ações não-violentas têm sido bem-sucedidas, assim como em casos de resistências contra ocupações de terras, nas quais também puderam se sobressair com resultados positivos em relação às reações violentas (Gráfico 1). Outras situações que se demonstraram muito positivas por meio de ações não-violentas contra fortes repressões foram as de resistência em massa, mas que não entram em uma categoria específica, como as lutas contra o regime de Apartheid na África do Sul (CHENOWETH; STEPHAN, 2011).

Gráfico 1. Índice de sucesso por objetivo de campanha



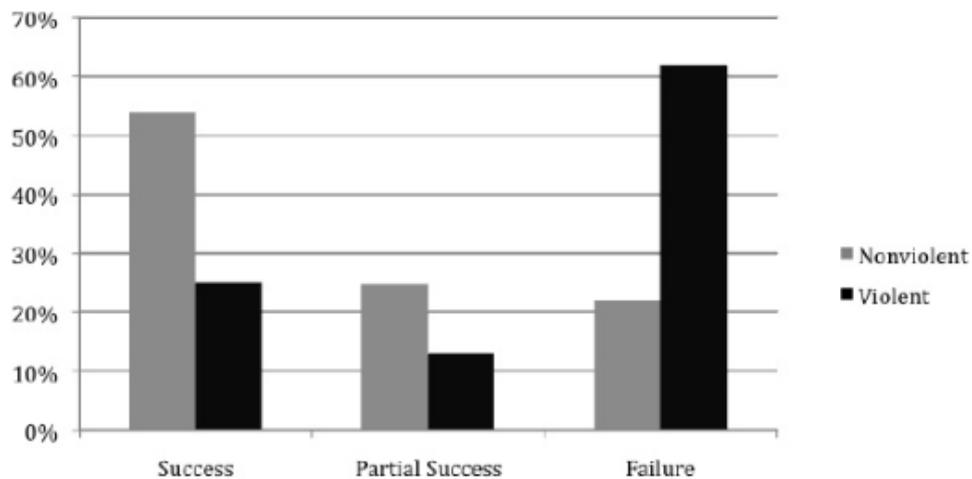
Fonte: CHENOWETH; STEPHAN, 2011.

Para melhor visualização da vantagem e da probabilidade do sucesso que as ações e lutas não-violentas da sociedade civil apresentam em relação às formas de uso da violência, Chenoweth e Stephan estruturam gráficos a partir dos dados coletados ao longo dos seus anos de pesquisa. Por meio de uma análise comparativa de ambos métodos de resolução de conflitos - violento e não-violento - em seus gráficos, e focando nos resultados apresentados pelas ações não-violentas, podemos observar as porcentagens de sucesso (mais de 50%), sucesso parcial (mais de 20%) ou fracasso (pouco mais de 20%) destas, mas não se restringindo à observação dessas ações em uma região em específico (Gráfico 2); apresentam também como as ações não-violentas mudaram e evoluíram por década, partindo de 1940, até chegar em 2006, quando se mostra um aumento substancial em relação às resoluções violentas (Gráfico 3).

Ademais, ao observarmos o índice de sucesso por década (Gráfico 3) e partindo do entendimento que durante a década de 1950 iniciava-se o período da Guerra Fria, podemos

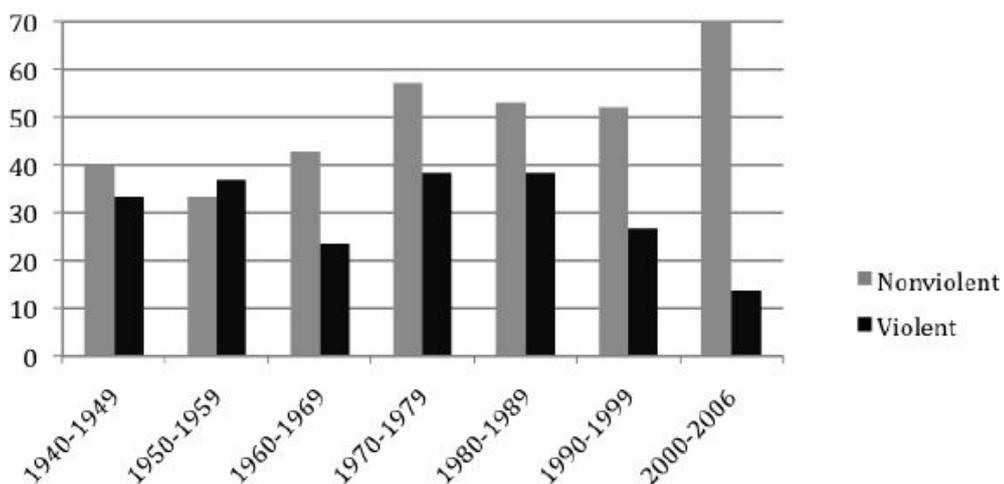
pensar na hipótese de que, por este fator, há neste período a superação do sucesso das vias violentas em detrimento das não-violentas. Como apontam Chenoweth e Stephan (2011) em seu texto, há conflitos violentos com forte adesão popular nesse contexto, como por exemplo, a Guerra da Argélia (1954–1962), Revolução Cubana (1953–1959), e a Revolução Vietnamita (1959–1975), sendo estes um dos fatores que podem ter levado ao sucesso das ações violentas. Em suma, vale lembrar que a adesão popular é elemento crucial para a legitimação de uma ação, algo que as autoras observaram que ocorreu nos exemplos citados acima.

Gráfico 2. Índice de sucesso de campanhas não-violentas e violentas: 1900-2006



Fonte: CHENOWETH; STEPHAN, 2011.

Gráfico 3. Índice de sucesso por década, 1940-2006

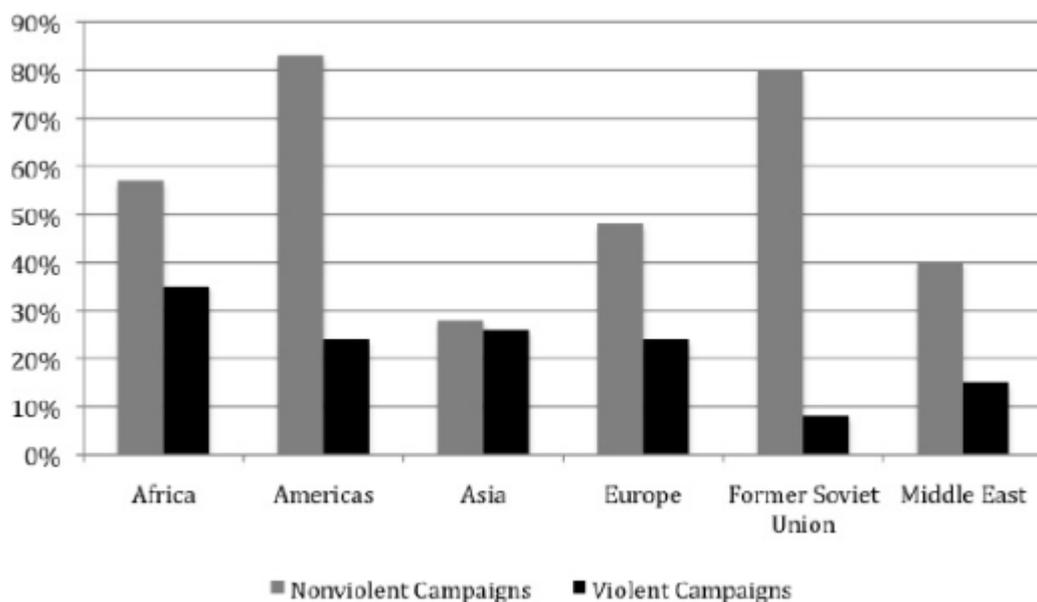


Fonte: CHENOWETH; STEPHAN, 2011, p. 24

Acrescentam ainda que, caso a ação não-violenta obtenha sucesso em suas estratégias e resistências, as transições podem ser mais pacíficas para a sociedade civil. Em verdade, seja uma mudança para outro regime, instauração de democracias ou queda de um governo autoritário, através das ações não-violentas, essas mudanças tendem a ser mais duradouras e ocorrer de forma muito mais pacífica no âmbito interno, contrapondo as consequências deixadas pelas vias violentas e belicosas e que já conhecemos, ou seja, altos custos financeiros e econômicos, bem como alto número de vítimas e destruição (CHENOWETH; STEPHAN, 2011).

Com base nas suas observações, as autoras apresentam também o índice de sucesso das ações não-violentas em comparação com as ações violentas em diferentes regiões do mundo (Gráfico 4). A partir disso, segundo suas análises, as ações não-violentas tiveram mais sucesso na antiga União Soviética e nas Américas, mas foram menos sucedidas no Oriente Médio e Ásia (CHENOWETH; STEPHAN, 2011). Sobre esse ponto, Chenoweth e Stephan destacam que, por serem ambas regiões menos democráticas, sobretudo o Oriente Médio, as ações não-violentas enfrentam fortes e violentas retaliações, guerras, intervenções e muito mais (CHENOWETH; STEPHAN, 2011). Todavia, apesar dessas questões, ressaltam ainda que, em comparação com as ações de cunho violento, as não-violentas tendem a serem mais bem-sucedidas e eficazes em qualquer lugar.

Gráfico 4. Índice de sucesso das campanhas por região



Fonte: CHENOWETH; STEPHAN, 2011, p.94.

Dessa maneira, Chenoweth e Stephan (2011) continuam seus estudos e indagações partindo da concepção de que as ações não-violentas possuem agendas de caráter e fins políticos, não aceitando que questões deste cunho sejam apenas de interesse e responsabilidade dos Estados. Acrescentando um pouco mais a esse tópico, trazem ainda a discussão de que, erroneamente, as ações, lutas e movimentos não-violentos da sociedade civil são por vezes relacionados com as temáticas englobando apenas questões de direitos humanos. Entretanto, apesar de muitas destas ações terem sua motivação pautada na defesa e garantia da não violação destes direitos básicos, devemos salientar que seus objetivos são muito mais extensos e complexos.

Para dar ainda mais credibilidade aos seus esforços e pesquisas, Chenoweth e Stephan elencam, portanto, duas condições importantes para que uma ação não-violenta possa ser considerada de sucesso. Dessa maneira, suas delineações são: 1) o alcance dos objetivos desejados - queda de governo, mudança de regime etc. – dentro do período de um ano, e 2) que os resultados determinados pela ação tenham sido conquistados por sua atuação direta, e não por acontecimentos externos que influenciaram no seu desenrolar. Para explicar empiricamente esses apontamentos as autoras citam um caso “malsucedido”, que é o da Grécia contra a invasão nazista na década de 1940, a qual não se concretizou por razões externas - vitória dos Aliados na Segunda Guerra Mundial - e não em virtude de suas ações não-violentas de resistência.

Por conseguinte, retomam a importância das estratégias das ações não-violentas como mecanismos fundamentais para o sucesso destas. Seguindo o que Sharp observa - já disposto acima neste capítulo - e aprofundando ainda mais, Chenoweth e Stephan (2011) elencam cinco características imprescindíveis para uma ação não-violenta bem-sucedida, sendo o primeiro ponto referente à (1) participação popular em massa e diversificada, contribuindo para o fortalecimento de todas as camadas da sociedade através da representação na ação, proporcionando a deslegitimação da repressão violenta. Além deste fator, a participação em massa também possibilita a mudança de apoio de grupos que, previamente, eram coniventes com o governo ou regime em questão. Em suma, é importante a identificação dos pilares e grupos de apoio do oponente, para que então se possa enfraquecê-los. Ademais, nas ações não-violentas as barreiras que impedem a adesão de muitos participantes são substancialmente mais baixas e menos arriscadas que em conflitos e ações violentas. Segundo as autoras,

Our argument is that nonviolent campaigns are successful because they are better at achieving large numbers of diverse participants that allow for multiple points of leverage against which the opponent has little defense. Violent campaigns are less successful because they cannot gain large numbers of diverse participants and must therefore rely on foreign sources of

support, which they use to confront the adversary using methods in which the opponent often (but not always) has a decided advantage. (CHENOWETH; STEPHAN, 2011, p.216).⁴

A segunda característica por elas apresentada é a respeito da (2) deslegitimação da retaliação violenta, que pode trazer consequências negativas para a parte que a impuser e gerar resultados contrários ao esperado. Na terceira, explicam que a participação em larga escala da sociedade civil é extremamente relevante para dar (3) visibilidade e para o possível sucesso da ação, ganhando apoio da comunidade regional e internacional contra as respostas belicosas e violentas. Em relação à quarta característica, Chenoweth e Stephan observam que, quanto mais participantes o movimento conseguir agrupar, maior será a possibilidade de (4) permanecer firme face à repressão. No quinto e último ponto, explicam que, diferentemente de ações pequenas e com baixo envolvimento da população local, as maiores ações tendem a ter mais facilidade em (5) inovações táticas e estratégicas, facilitando na adaptação para os mais diversos contextos que se depararem.

Associados a estas características e ao caráter pragmático e estratégico argumentado por Sharp (2005: 49 apud OLIVEIRA, 2016), se faz necessário apontar as ferramentas bases para o desfecho destas. Reafirmo, como primeira ferramenta, que apoio da sociedade local e a legitimidade que esta der à ação é crucial para reunirem forças contra o oponente, visto que, sem isso, não há como a ação não-violenta se sustentar por muito tempo e gerar resultados significativos. Outra ferramenta são os meios tecnológicos e de comunicação, os quais têm grande relevância para as ações e suas estratégias através da contribuição para a ampliação do alcance e do impacto destas, seja tanto no âmbito regional e nacional, quanto internacional, mesmo que em alguns países o acesso a esses meios seja escasso. Além disto, plataformas como estas, sobretudo as online, são extremamente significantes para monitoramento de transparência e prestação de contas de governos, bem como de possíveis violações de direitos humanos, elemento este que esteve muito presente durante as ações do Egito e que será mais bem descrito no capítulo a seguir. Ademais e dando sequência ao pensamento de Chenoweth e Stephan (2011), elas frisam, de igual forma, o quão indispensável é que materiais educacionais acerca de ações não-violentas anteriores sejam propagados em todo o mundo, universalizando o conhecimento mais aprofundado sobre como essas lutas se mobilizam, quais suas possíveis estratégias e ferramentas, e porque é uma via acessível e efetiva de resolução de conflitos.

⁴ As ações não-violentas, segundo argumento das autoras, atingem com maior facilidade um grande e diverso número de participantes, sendo esta uma vantagem em relação ao oponente. As ações violentas, porém, não conseguem atingir esse número vasto e diverso de manifestantes, sendo necessário recorrer ao apoio de agentes externos para confrontar o oponente.

Contudo, apesar de todas essas estratégias, mobilizações, adesões populares e ferramentas apresentadas e descritas até aqui, temos que entender que sempre há a possibilidade de que as ações não-violentas possam vir a falhar. Para Spector, elas podem ser malsucedidas através da

(...) inability to galvanize broad, diverse membership, the inability to adjust strategically to the opponent's counterattacks, and the inability to divide the adversary from its main pillars of support. (SPECTOR, 2006 apud CHENOWETH; STEPHAN, 2011, p.250).⁵

Através do conhecimento das fraquezas das ações não-violentas, seja na dificuldade de se organizarem coletivamente ou na forma estratégica e eficiente de agirem, muitos governos podem se utilizar disto para conseguirem vantagem sobre as ações, a fim de enfraquecê-las ou extingui-las.

Isto posto, considero extremamente necessário que as ações não-violentas sejam mais amplamente difundidas nas vias institucionais e em toda a sociedade como meio possível e viável de resolução de conflitos. Assim como salientam Chenoweth e Stephan, “*Civil resistance enhances citizenship skills and societal resilience in ways that elude armed campaigns.*” (CHENOWETH; STEPHAN, 2011, p.252). Dessa forma, através de planejamentos estratégicos - mesmo que tenham sido motivados previamente por questões ligadas aos princípios de cada um -, combinados à grande e diversificada adesão da sociedade civil, bem como do uso das ferramentas base que foram elencadas ao longo deste capítulo, as ações e lutas não-violentas poderão resultar em ainda mais casos bem-sucedidos em qualquer lugar do mundo e contra os mais diferentes oponentes, sejam eles extremamente repressivos ou não. Para as autoras,

Our study therefore concludes that nonviolent civil resistance works, both in terms of achieving campaigns' strategic objectives and in terms of promoting the long-term well-being of the societies in which the campaigns have been waged. Violent insurgency, on the other hand, has a dismal record on both counts. (CHENOWETH; STEPHAN, 2011, p.247).⁶

Sendo assim, a partir das colocações expostas ao longo deste capítulo, tal como as do anterior, a análise comparativa que será feita a seguir terá o seu embasamento nos métodos e

⁵ As ações não-violentas podem vir a falhar quando não conseguem atingir um número grande e diverso de participantes, bem como não possuir uma organização estratégica em resposta aos ataques do oponente. Outro ponto seria por não conseguirem separar os pilares de suporte do adversário à fim de enfraquecê-lo.

⁶ Chenoweth e Stephan concluem, a partir de todos os seus estudos e observações, que as ações não-violentas de resistência civil funcionam, tanto em termos de alcançarem seus objetivos, como de conseguirem promover o bem-estar social mais duradouro. As ações violentas, todavia, mostram-se falhas em ambos aspectos.

ferramentas previamente discutidos, sobretudo aqueles apresentados por Chenoweth e Stephan (2011). Portanto, será através da contextualização e do estudo mais aprofundado das ações não-violentas de Nashville, no início da década de 1960, que observarei a utilização dos métodos aqui descritos – como as ocupações, não-cooperação, protestos e mais - e como estes contribuíram para o efetivo sucesso deste caso. Em se tratando da análise das ações que ocorreram no Egito em 2011, na chamada Primavera Árabe, farei uma discussão observando as táticas e ferramentas da não-violência que foram usadas, mas que, mesmo assim, não contribuíram para que os objetivos almejados fossem conquistados, buscando entender, em vista disso, o porquê do seu fracasso em comparação com as ações de Nashville.

4. ANÁLISE COMPARATIVA: OS CASOS DE AÇÃO NÃO-VIOLENTA EM NASHVILLE, NA DÉCADA DE 1960, E NO EGITO, EM 2011

Após a apresentação dos debates teóricos acerca das teorias de Estudos para a Paz, Resolução de Conflitos e, de forma mais detalhada, das ações não-violentas, o presente capítulo tem como principal objetivo contribuir para a discussão empírica acerca da viabilidade destas ações como mecanismos factíveis para uma resolução pacífica de conflitos. Dessa maneira, as argumentações prévias que foram tratadas ao longo desta pesquisa serão essenciais para a compreensão da necessidade do estudo e aplicação de métodos não-violentos como vias alternativas às bélicas e violentas. Assim, para que as diferentes formas de violência, invisíveis ou visíveis, diretas ou indiretas - trabalhadas no primeiro capítulo -, possam ser confrontadas e, possivelmente, eliminadas, o estudo empírico faz-se necessário. Isto pois, além de se mostrar como o grande desafio para os teóricos do campo das ações não-violentas atualmente, é fundamental para que o conhecimento sobre a não-violência seja difundido e aplicado mais assertivamente, de modo a gerar ganhos positivos nas mais variadas conjunturas em que forem adotadas.

Mediante isto, neste capítulo irei analisar, comparativamente, os casos de ações não-violentas que ocorreram em Nashville, cidade do estado de Tennessee, nos EUA, no final da década de 1950 e início de 1960. Estas ações configuraram-se na luta da comunidade negra local, formada em sua maioria por estudantes, contra o sistema de segregação racial vigente e todas as suas implicações sociais, econômicas, culturais, morais e psicológicas. Através da observação mais profunda desta ação, será possível compreendermos de que forma as ações não-violentas podem gerar resultados positivos e mudanças significantes de regime ou sistema, mas ressaltando sempre a importância da aplicação de seus métodos, sobretudo estratégicos e de organização, para seu efetivo sucesso.

Por outro lado, também irei aprofundar o estudo sobre as ações não-violentas de grupos da sociedade civil que ocorreram no Egito, durante a Primavera Árabe, e que buscavam melhorias em sua qualidade de vida e dignidade. Ademais, buscarei compreender, de igual forma, por quais razões este caso, em comparação com o de Nashville, não pode ser considerado um caso de sucesso. Ressalto que tal análise será pautada nas discussões feitas até aqui, sobretudo por Chenoweth e Stephan (2011), acerca do sucesso e fracasso das ações, de maneira a elencar as diferenças e semelhanças entre ambos os casos que serão comparados a seguir.

Acrescento também que a escolha destes dois casos para a comparação empírica foi feita de acordo com a minha disponibilidade de tempo para a realização desta monografia, considerando que ambos possuíam uma gama de estudos mais vasta para serem analisadas, e que foram cruciais para que as conclusões desta pesquisa fossem alcançadas. Em verdade, por disporem de mais estudos, as análises destes casos e a sua comparação puderam ser feitas com maior profundidade e embasamento, permitindo verificar a importância da organização e do planejamento estratégico não-violento, assim como também da adesão popular e diversa, e a delimitação de objetivos claros e partilhados por todos, para o efetivo alcance do sucesso da ação.

Em vista disso, é também por meio desta pesquisa que busco dar maior visibilidade e acessibilidade ao entendimento de como se organizam as ações não-violentas enquanto mecanismo de resolução pacífica de conflitos, destacando, acima de tudo, a sua efetividade quando estrategicamente usadas. Portanto, considerando os danos e consequências negativas deixados pelas guerras e demais conflitos de cunho violento, acredito ser extremamente necessário pensarmos na eficácia, viabilidade e uso de outras formas de resolução, a fim de evitar maiores devastações e perdas, sobretudo humanas.

Ademais, é por intermédio dessa análise comparativa dos casos que pretendo contribuir de alguma forma com a superação do desafio do campo das ações não-violentas, de modo a demonstrar o quão eficientes e acessíveis estas ações podem ser. Por meio do estudo de ambos os casos, de Nashville e Egito, busco delinear e ilustrar suas semelhanças e diferenças, a fim de comprovar e dar fundamento à hipótese inicial desta pesquisa: as ações não-violentas de movimentos da sociedade civil contribuem positivamente para a resolução pacífica de conflitos.

Sendo assim, para fins de contextualização, cada um dos casos serão explanados de acordo com o meu entendimento de como os eventos se sucederam, para que a comparação, que será feita logo em seguida, seja mais bem compreendida. Dentre os elementos utilizados para esta análise comparativa, elencarei o uso exclusivo de meios não-violentos, a organização e planejamento estratégico, a adesão popular em massa e diversificada, o estudo prévio sobre o funcionamento da ação não-violenta, a utilização de meios de comunicação para a ampliação do alcance da ação, bem como a delimitação de objetivos claros e almejados por todos. Posto isto, será por meio desses elementos e dos embasamentos teóricos prévios que buscarei identificar seus acertos e suas falhas, comparativamente.

4.1. O caso de Nashville

Ao final do século XIX, nos Estados Unidos, após longos anos de uma economia baseada na escravidão, a segregação racial ainda se encontrava muito presente na sociedade. Por meio de decisão da Suprema Corte, as leis estaduais, popularmente chamadas de Jim Crow, davam abertura para que os estados, sobretudo sulistas - que, historicamente, basearam sua economia no sistema escravista - aplicassem a divisão dos espaços públicos entre negros e brancos, pautando-se na ideia de “separados, mas (des)iguais” (WYNN, 2014, p.42) perante a lei. Seguindo este ponto, de acordo com os idealizadores dessas leis na época, elas não infringiriam a Constituição e a igualdade a todos por ela prevista. Nesse sentido, dentre os estados que implementaram tais legalidades estava o Tennessee, do qual Nashville é a capital e o cenário do caso aqui estudado. Em suma, a partir destes novos contornos legais, as relações e interações sociais e interpessoais entre as raças eram delineadas - e legitimadas - pela segregação total, tanto em escolas, hospitais, igrejas, restaurantes, bibliotecas, forças armadas, banheiros, empregos, transportes públicos, como até mesmo em casamentos.

A segregação continuou vigente nos EUA por muitos anos e em todo o território nacional, ditando o convívio entre negros e brancos em todos os espaços. Assim, apenas em 1954, por meio de outra decisão legal da Suprema Corte, pôde ser reconhecida a inconstitucionalidade da segregação entre negros e brancos, porém eliminando esta divisão racial apenas dos âmbitos escolares. Todo o restante das áreas de convivência social permanecia segregado, o que, por sua vez, deu origem a uma série de protestos. É nesse período, portanto, que diversas ações não-violentas da comunidade negra são organizadas, tendo por objetivo trazer consciência para toda a sociedade acerca dos malefícios gerados pela segregação e, conseqüentemente, através disso, o fim da separação entre brancos e negros, bem como a busca pelo respeito e liberdade para todos. Associando ao pensamento de Galtung (1969), como exposto anteriormente, é possível observarmos a violência cultural que havia neste período em uma de suas formas mais profundas de racismo – a segregação racial -, configurando-se em um binarismo entre raça superior e inferior, e fortalecendo a dominação sobre a parcela negra.

Como aborda Wynn (2014), nesse momento, fim da década de 1950, a segregação na cidade de Nashville havia se acentuado de forma exorbitante, gerando grande descontentamento da população negra e a enorme necessidade de uma efetiva mudança do sistema. Seguindo esse ponto,

Nashville's African-American community was prohibited from entering white-owned eating establishments and were denied front-door entrance and first-floor seating in the major theaters of the city. They were even barred from municipal recreational services which their tax dollars helped to support. At every turn, blacks were made incessantly aware of the subordinate standing

that segregation was intended to impose upon them. In the words of Diane Nash, "segregation reache[d] into every aspect of life to oppress the Negro and to rob him of his dignity in the South.(WYNN, 2014, p.44).⁷

Como forma de enfrentar essas atitudes e gerar mudanças, líderes da comunidade negra de Nashville criaram a Conferência de Liderança Cristã de Nashville - *Nashville Christian Leadership Conference* (NCLC), em inglês -, a qual buscava promover a luta não-violenta contra a segregação e discriminação racial, visando alcançar uma sociedade mais igualitária, na qual todos pudessem ter os mesmos direitos garantidos e respeitados. A partir deste momento, líderes e especialistas começaram a difundir e ensinar métodos da ação não-violenta aos demais adeptos da luta, como protestos, boicotes e ocupações. Dentre esses líderes estava Kelly Miller Smith, que foi um pastor que contribuiu para o avanço e difusão dos ideais não segregacionistas na cidade, utilizando-se do poder da igreja e das crenças em comum para que as condições sociais, políticas e econômicas para os negros de Nashville, naquela época, pudessem ser modificadas; Smith foi também um dos responsáveis pela criação da NCLC.

Através da NCLC, os líderes organizavam encontros e *workshops* com os manifestantes para que pudessem começar a ensinar e conversar acerca de seus conhecimentos sobre os métodos de ações não-violentas, de modo a promoverem um enfrentamento assertivo e pacífico contra o sistema segregacionista (WYNN, 2014). Outro líder muito ativo e importante para esses ensinamentos das ações, era James Lawson. Como experiente ativista do pacifismo, Lawson já havia empreendido protestos contra o alistamento para a Guerra da Coréia, em 1950, visto que se negava a usar armas, o que acabou resultando em sua prisão. Tempos depois, ao entrar em liberdade condicional e ser posto como missionário de um grupo metodista, ele foi enviado em uma missão para a Índia. Estando no país, Lawson pode conhecer mais a fundo os ensinamentos pregados por Gandhi e todas as suas técnicas de ação não-violenta como forma de resolução de conflito. Assim, ao retornar ao EUA, mais especificamente à Nashville, James Lawson tornou-se membro ativo da NCLC e, posteriormente, como possuía vasto entendimento sobre as técnicas de ação não-violenta direta, Kelly Miller Smith o fez membro do comitê da Conferência.

Por ser uma cidade onde havia importantes instituições de ensino para negros, Nashville tornou-se um local propício para que as ações não-violentas do Movimento de Direitos Civis,

⁷ Em Nashville, a comunidade afro-americana era proibida de entrar e consumir em estabelecimentos designados apenas para pessoas brancas, assim como eram barrados de participarem de eventos municipais recreativos. Em suma, a todo momento a população negra era lembrada de sua posição de subordinação na sociedade em relação aos brancos, tendo sua dignidade roubada.

que tinha como propósito a luta pelos direitos dos negros, se fortalecessem e fossem adiante. Para o efetivo sucesso da ação, era necessário que todos os envolvidos tivessem conhecimento sobre os métodos de não-violência e soubessem como agir nas mais diferentes formas de retaliações que possivelmente viriam a sofrer e, para isso, Lawson teve papel fundamental. Como observa Wynn,

As chairman of the committee, Lawson's responsibility was to train people in nonviolent direct action. Weekly workshops were held in various black churches of Nashville, where members of the community were trained in the techniques of nonviolent protest. The workshops demonstrated that non-violence was not for the faint of heart. Participants had to sit quietly while others, acting the role of segregationists, jeered, poked, and spit at them. Nonviolence required compassion, commitment, courage, and faith, but, most important, it required self-discipline. (WYNN, 2014, p.44).⁸

É possível, nesse momento, associarmos esse planejamento estratégico prévio dos protestos de Nashville com o que foi muito frisado por Chenoweth e Stephan (2011) no capítulo anterior, as quais elencaram, dentre os principais métodos para sucesso da ação não-violenta, a organização e planejamento estratégico. Outro ponto por elas discutido e que esteve muito presente no caso aqui analisado, é a disseminação do conhecimento e entendimento sobre como as ações não-violentas funcionam e devem funcionar, a fim de que os movimentos possam ser entendidos por todos de forma clara e objetiva. Por esse prisma, é sempre necessário destacar, de igual modo, a definição prévia dos objetivos que são almejados, para que todos tenham conhecimento pleno de onde se pretende chegar com as ações realizadas. Todos esses fatores são extremamente importantes para o sucesso de uma ação, uma vez que delimitam os objetivos e criam caminhos estrategicamente pensados para agirem de forma não-violenta sobre os mais adversos contextos.

Assim sendo, em 13 de fevereiro de 1960, os protestos em Nashville se iniciaram. Na busca de trazer consciência sobre a opressão e as dificuldades enfrentadas pela população negra com a vigência do sistema segregacionista, a ideia inicial das ações não-violentas era a de conseguir modificar os pensamentos daqueles e daquelas que contribuía e eram coniventes com a manutenção e perpetuação desse sistema (WYNN, 2014). De forma extremamente organizada, os estudantes e manifestantes negros seguiam instruções que haviam sido passadas por Lawson e demais líderes, as quais envolviam formas de se vestirem, como deveriam se comportar e responder em situações de represália. Por meio dessas instruções, as ações não-

⁸ A responsabilidade de Jason Lawson era de treinar as pessoas para as ações não-violentas. Diversos seminários com as técnicas da ação não-violenta eram ministrados por ele nas igrejas em Nashville. A não-violência requer compaixão, dedicação, coragem e fé, mas, sobretudo, autodisciplina.

violentas estariam pautadas na legitimidade, ao passo que estariam também desafiando diretamente o sistema vigente.

Ao darem início aos protestos, os manifestantes adentravam restaurantes e lanchonetes que, apesar de oferecerem serviços para brancos e negros, não permitiam que estes últimos consumissem nos seus balcões e mesas. Dessa forma, entendendo que ao exigirem que fossem servidos gerariam um grande desconforto e um confronto com os ideais segregacionistas presentes na sociedade, foi o que os participantes da ação fizeram. Como é representado no documentário “*A Force More Powerful*” (1999), de Steve York, eles adentravam os estabelecimentos, se instalavam nos balcões das lanchonetes e exigiam pelo serviço, o que, obviamente, não era acatado.

Nesta primeira manifestação, Wynn (2014) aponta que houve a participação de aproximadamente 124 manifestantes, em sua maioria estudantes negros, e que participaram da ocupação em diversos restaurantes e lanchonetes na cidade de Nashville. Pouco tempo depois que os protestos não-violentos se iniciaram e estes estudantes recusaram-se a se retirar dos balcões e mesas enquanto não fossem servidos da mesma forma que pessoas brancas, os locais que sofreram a ocupação fecharam as portas e encerraram seu expediente. Neste dia, não houve grandes acontecimentos e todos puderam se retirar dos restaurantes e lanchonetes de forma pacífica.

Na segunda e terceira ação não-violenta por eles empreendida, o aumento da adesão às manifestações foi evidente, somando um total de 200 e 350 pessoas, respectivamente. Apesar de na segunda, que ocorreu no dia 18 de fevereiro, também não obterem grandes mudanças ou sofrerem fortes represálias, no terceiro dia de protesto essa condição mudou. Como Wynn (2014) informa e podemos observar ao longo do documentário de York (1999), um grupo de pessoas brancas que não apoiavam as ações, iniciaram uma série de ofensas verbais contra participantes do protesto, sendo necessária a interferência policial para a retirada dos estudantes negros e demais simpatizantes da luta. Importante esclarecer que havia o apoio e a participação de uma parcela branca nessas ações não-violentas, sendo, majoritariamente, estudantes que também frequentavam as universidades de Nashville; cumpre ressaltar aqui um ponto que já foi destacado anteriormente e que serve para dar maior legitimidade às ações: grupo de participantes em massa e de diversas classes sociais e raças.

A partir desse acontecimento, os líderes de várias ações da região sul dos EUA consideraram importante a definição de instruções para que todos entendessem e soubessem como agir face à retaliação que poderiam vir a sofrer. Dentre as instruções que deveriam ser seguidas para que o sucesso da ação fosse completo, Wynn elenca:

(1) Do show yourself friendly at the counter at all times; (2) Do sit straight and always face the counter; (3) Do refer all information to your leader; (4) Do remember the teachings of Jesus Christ, Mohandas K. Gandhi, and Martin Luther King; (5) Don't strike back or curse back, if attacked; (6) Don't laugh out; (7) Don't hold conversation with floor walkers; (8) Don't leave your seat until your leader has given permission; (9) Don't block entrances to stores and aisles; (10) Remember love and nonviolence. (WYNN, 2014, p.46).⁹

Os protestos continuaram sucessivamente, ganhando cada vez mais adesão da população negra, e enfrentando muita opressão e violência por parte daqueles que não compactuavam com sua causa e sua luta. Ou seja, neste momento a violência, além de ser estrutural e cultural - definições que foram discutidas no primeiro capítulo desta monografia -, que era resultado da segregação que oprimia, tirava direitos e violentava toda a parcela negra de Nashville, mostrava-se agora como violência direta e física.

No dia 27 de fevereiro do mesmo ano, houve maiores confusões em resposta às ações não-violentas, seguindo-se de uma série de violentas agressões contra os estudantes e manifestantes negros, e posteriormente as suas prisões. Para dar continuidade e legitimidade ainda maior às suas lutas, todos os participantes que foram presos neste dia recusaram-se ao pagamento de qualquer tipo de fiança, não cedendo em nenhum momento e enfrentando quaisquer que fossem as consequências. Neste contexto, os manifestantes e estudantes presos contavam também com o apoio legal de muitos advogados negros da comunidade de Nashville, os quais os ajudaram em todo o processo de julgamento no qual foram declarados culpados por conduta desordeira (WYNN, 2014).

Após esses acontecimentos, ministros negros da primeira igreja batista reuniram-se com o prefeito da época, Ben West. Contudo, sem grande sucesso, uma vez que este defendia que os manifestantes haviam cometido delitos e, portanto, as prisões não haviam sido injustas. Depois da conversa com o prefeito, James Stahlman, um dos membros do comitê executivo da Universidade de Vanderbilt, universidade esta na qual James Lawson trabalhava, pediu explicações e que este se entregasse como líder das mobilizações não-violentas dos estudantes. Assim, o comitê deu-lhe duas opções: retirada por sua vontade da universidade ou a expulsão - a qual foi a escolha de Lawson. Em síntese, *“Why should public authorities ask victims to make further sacrifices? Why not make the store owners - the exploiters - change their policies?”*

⁹ (1) Mostre-se sempre amigável quando estiver no balcão do restaurante; (2) Sente-se direito e sempre de frente para o balcão; (3) Passe toda a informação ao seu líder; (4) Lembre-se dos ensinamentos de Jesus Cristo, Mohandas K. Gandhi e Martin Luther King; (5) Não atacar ou responder, se sofrer retaliação; (6) Não rir; (7) Não conversar com quem estiver passando pelo corredor do restaurante; (8) Não deixar o seu lugar até que o seu líder tenha dado permissão; (9) Não bloquear entradas em lojas e corredores; (10) Lembrar-se do amor e da não-violência.

(CONKIN, 1985 apud WYNN, 2014, p.48)¹⁰. Ao contrário do que se esperavam com essa decisão de expulsão, porém, as ações não-violentas não cessaram, os manifestantes mantiveram-se firme em seu propósito e sua dedicação coletiva de trazer conhecimento acerca das injustiças que acometiam os negros em Nashville e, posteriormente, a necessidade da mudança efetiva de sistema.

Como forma de contornar a insatisfação popular que vinha crescendo e ganhando apoio, em 3 de março de 1960, o prefeito montou um comitê birracial para análise de todas as ações que vinham ocorrendo na cidade. Em acordo com os estudantes negros e com os comerciantes da cidade, os protestos e ações não-violentas não ocorreriam até que uma decisão deste comitê fosse tomada. Todavia, após três semanas de espera e sem nenhuma resposta efetiva, os manifestantes aproveitaram a vinda da CBS - empresa de comunicação e televisão que foi até a cidade na época para gravar um documentário sobre as ações não-violentas que vinham acontecendo e ganhando notoriedade - à cidade de Nashville, para adquirirem maior visibilidade, força e legitimidade em suas ações. Ressalto aqui que esse ponto também foi trazido por Chenoweth e Stephan (2011) no capítulo anterior, isto é, o uso dos meios de comunicação para que as ações e lutas pudessem ampliar o seu alcance. No entanto, como forma de acalmar os ânimos em meio às confusões e desentendimentos que vinham acontecendo, o comitê sugere como medida e para o fim das ações e protestos, a divisão dos restaurantes e lanchonetes em áreas para brancos e outras para negros e brancos, o que obviamente não foi bem aceito por nenhum dos lados, comunidade negra, NCLC, estudantes e outros manifestantes, uma vez que não eliminava o problema central que era a segregação, bem como pelos comerciantes (WYNN, 2014). Como consequência, os manifestantes passaram a boicotar os centros comerciais da cidade, perdurando por sete semanas, e gerando uma queda e retração econômica de aproximadamente 20% para os negócios locais (WYNN, 2014).

No dia 19 de abril de 1960, uma explosão em ataque à casa de Z. Alexander Looby, advogado negro e ativista do Movimento de Direitos Civis em Nashville, foi o estopim para a necessidade efetiva da mudança do sistema. Após este acontecimento – no qual não houve feridos -, como é retratado no documentário de York (1999) e na discussão feita por Wynn (2014), aproximadamente 3000 estudantes e manifestantes negros e adeptos à luta, marcharam de forma pacífica até a prefeitura da cidade, em um ato conjunto para reivindicarem, de uma vez por todas, o fim da discriminação, violência e segregação racial. Neste ato, em conversa entre os líderes das ações não-violentas juntamente ao prefeito da cidade perante toda a

¹⁰ Por que as autoridades públicas deveriam pedir às vítimas que fizessem mais sacrifícios? Por que não fazer com que os proprietários da loja - os exploradores - mudem suas políticas?

multidão ali presente, este acaba por entrar em contradição em suas crenças, admitindo, por fim, que apoiava o fim da divisão e segregação entre negros e brancos nos balcões e mesas dos restaurantes e lanchonetes de Nashville. Em seguida,

With that affirmation, 3,000 people responded with thunderous applause. The crowd left after the mayor's positive response (...). The following morning the front-page headline of the Tennessean read, "Integrate Counters - Mayor." (WYNN, 2014, p.51).¹¹

Após esse importante passo para o início do fim da segregação na cidade de Nashville, as negociações entre os comerciantes e os líderes negros se iniciaram, a fim de entrarem em um comum acordo sobre como essa mudança de cenário iria ocorrer. Em passagens trazidas por Wynn (2014), alguns dos comerciantes dizem não terem entendido a real motivação das ações não-violentas inicialmente, pensando se tratar de apenas uma mera preocupação estudantil, mas que após os constantes protestos, violências enfrentadas, bombardeamento na casa de Z. Alexander Looby, uma série de prisões e muito mais, ficou mais claro que a questão da segregação racial vigente e suas violências, invisíveis e visíveis, afetavam não somente aos estudantes, mas toda a comunidade negra da cidade. Em vista disto, no dia 10 de maio de 1960, Nashville tornou-se definitivamente a primeira e maior cidade ao sul dos Estados Unidos a acabar com a segregação de locais públicos (WYNN, 2014, p.53). E, apesar do racismo, da violência, direta ou indireta, e da discriminação racial terem permanecido e permanecerem enraizadas até os dias atuais e em todas as sociedades, os resultados alcançados pelas ações não-violentas diretas empreendidas pelos manifestantes e estudantes negros desse período mudaram a história, servindo, ao meu ver, como um exemplo nítido de como as ações e lutas não-violentas funcionam bem quando estrategicamente estruturadas, resultando em ganhos positivos, sem que seja necessário o uso das vias belicosas e violentas.

4.2. O caso do Egito

Há quase dez anos, a população do Egito, assim como de vários outros países do Oriente Médio, encontrava-se cada vez mais insatisfeita com a forma pela qual o seu governante conduzia a sociedade sob um regime ditatorial. Com uma péssima qualidade de vida, fortes e violentas repressões do exército e autoritarismo, a região, a partir do final de 2010 e início de 2011, viveu o que conhecemos como Primavera Árabe. O latente descontentamento popular em

¹¹ Com essa afirmação, mais de 3000 pessoas aplaudiram e comemoraram. Logo após, a multidão se dispersou. Na manhã seguinte, a manchete do jornal *Tennessean*, trazia: "Integre todos os balcões – Prefeito".

relação aos seus governantes e regimes resultou em uma série de manifestações, protestos, bem como outras formas de ações não-violentas - mas ressalto que não ocorreram assim em todos os países -, em grande parte da região. Assim, no início de 2011, a população do Egito, que vivia sob o regime autoritário de Hosni Mubarak há aproximadamente três décadas, soma-se à onda de manifestações populares destes países, indo às ruas e ocupando espaços públicos.

Para contextualizar, o Egito, sob governo de Mubarak, que detinha apoio do exército e da polícia secreta (BIJOS; SILVA, 2013), sofria há um longo tempo com a exorbitante corrupção, levando as condições sociais e básicas de saúde, educação e lazer às ruínas. Os investimentos e as verbas que deveriam ser destinadas a essas áreas, portanto, nunca chegavam aos seus destinos, tornando a qualidade e dignidade de vida do povo egípcio cada vez mais precária. Em sua reportagem ao *Middle East Institute* (2011), Stephen Zunes aponta que

Rising government repression, deteriorating economic conditions, and parliamentary elections in November 2010 that were even more clearly fraudulent than most, led many of us to suspect that it was only a matter of time before Mubarak would be ousted in a popular uprising. (MIDDLE EAST INSTITUTE, 2011).¹²

Portanto, sob esse contexto, em 25 de janeiro de 2011, o cenário egípcio se modifica. Seguindo os demais países que também estavam saindo às ruas para reivindicarem melhorias, a população egípcia ocupa as praças - sendo a Praça Tahrir grande símbolo deste período - e demais vias centrais em ações não-violentas. Toda a mobilização no Egito, neste período, foi gerada de forma espontânea “(...) entre aqueles que sofriam todas as mazelas provenientes do regime.” (LEVINSON; COKER, 2012 apud BIJOS; SILVA, 2013, p.65).

Com base nisto posto, é possível identificar que, em comparação com o caso de Nashville, as ações no Egito não foram estrategicamente estruturadas antes de acontecerem, ou seja, não foram ações propriamente organizadas e estudadas, sendo este um dos elementos que podem e que considero ter contribuído para o seu fracasso. Friso, novamente, que a comparação mais aprofundada entre ambos os casos, todavia, será feita no tópico seguinte deste capítulo, no qual elencarei, de acordo com o que pude concluir das leituras feitas nos capítulos anteriores, algumas das semelhanças e diferenças entre eles, buscando identificar as possíveis motivações que me levaram a trazer o caso de Nashville como um exemplo de ação não-violenta de sucesso, enquanto o do Egito, de fracasso. Acrescento também que, o contexto do Egito e toda a sua

¹² A crescente repressão governamental, a deterioração das condições econômicas e as eleições parlamentares em novembro de 2010, que foram ainda mais fraudulentas do que as demais, levaram muitos de nós a suspeitar que era apenas uma questão de tempo até que Mubarak fosse expulso numa revolta popular.

revolução e suas ações, mostra-se um estudo e uma análise muito complexa e cheia de detalhes. Portanto, nesta presente monografia irei abordar os acontecimentos de modo a buscar compreender mais a fundo somente como se desenrolaram as ações não-violentas da sociedade egípcia e quais foram, possivelmente e diante do meu entendimento, os seus erros e acertos com base nos estudos previamente realizados.

Isto esclarecido, retomo a discussão acerca das ações de janeiro de 2011 e que deram início à revolução no Egito. Tais ações, como é relatado por Mark Engler e Paul Engler em sua postagem ao *Waging Nonviolence* (2014), tinham sua divulgação feita através de mídias sociais – *Facebook, YouTube* etc. – a fim de que o alcance pudesse ser maior e, conseqüentemente, mais pessoas pudessem aderir às ações não-violentas. Em suma, utilizavam-se de um ativismo online. Neste ponto é importante ressaltar que, apesar desta via ter sido crucial para as ações que se sucederam, menos de 15% dos egípcios tinham acesso à internet e, por cinco dias consecutivos, este acesso foi completamente cortado pelo governo (MIDDLE EAST INSTITUTE, 2011). Porém, e ainda seguindo o que discorre Stephen Zunes em sua reportagem, a restrição imposta pelo governo às vias digitais teve o efeito contrário ao esperado, uma vez que resultou em um número ainda maior de pessoas saindo às ruas em busca de informações sobre o que estava acontecendo. Em suas palavras,

Ironically, it may have helped the movement in some cases, as a number of residents in Cairo, Alexandria, and other cities decided to come out onto the streets to see what was happening first hand since they could not learn from the internet. In addition, worried parents, unable to reach their children by cell phone as a result of the regime cutting off service, also came out into the streets to look for them only to be swept up in the mass popular mobilization. (MIDDLE EAST INSTITUTE, 2011).¹³

Dessa forma, as ocupações e protestos em todo o país puderam reunir diversos tipos e grupos de pessoas, contando com o apoio de cristãos, muçulmanos, estudantes, jovens e adultos, ricos e pobres. Como traz Thomas Richard Davies, “*Unity around this objective in the Egyptian uprising helped ensure that a diverse array of religious and secular, middle and working class participants took part in the protests of January 2011.*” (2014, p.308)¹⁴. Ainda neste ponto e

¹³ Ironicamente, pode ter ajudado o movimento em alguns casos, uma vez que alguns residentes no Cairo, Alexandria e outras cidades, decidiram sair às ruas para ver o que estava acontecendo, em primeira mão, já que não tinham acesso à Internet para se informarem. Além disso, pais preocupados, incapazes de terem notícias de seus filhos através do telefone - resultado do corte no serviço de telefonia feito pelo regime - também saíram às ruas para procurá-los, mas acabaram sendo envolvidos nas mobilizações populares.

¹⁴ A união em torno do objetivo das manifestações egípcias, contribuiu para uma participação popular em massa e diversa – várias religiões, classe média e trabalhadora, e muito mais – nos protestos de janeiro de 2011.

como retratado na reportagem de Abdel-Rahman Hussein ao *Egypt Independent* (2012), ele traz a experiência de um dos participantes da ação, Bassam, o qual se lembra que

There were all kinds of people there, even people I knew who I hadn't seen in years. None of them were into politics. No one expected this to happen. It wasn't arranged, people just headed down [to Tahrir] because they had nothing to lose. (EGYPT INDEPENDENT, 2012).¹⁵

Em vista disso, o clima entre os manifestantes era de animosidade, esperança e união em prol da queda do ditador e a fim de que as condições do país pudessem vir a melhorar principalmente através de uma reforma constitucional, visto que a antiga Constituição que regia o país não mais atendia as reais necessidades da população. Os protestos e ocupações se seguiram por vários dias, enfrentando violentas repressões do exército, a mando do presidente e seu vice, Omar Suleiman, tal como restrições aos meios de comunicação e à internet, como já frisado anteriormente. Porém, a resposta violenta por parte do governo não enfraqueceu as ações, uma vez que aproximadamente 250 mil pessoas permaneciam acampadas nas praças e locais públicos, pedindo a renúncia do governo de Mubarak (BIJOS; SILVA, 2013). Ao todo, *“the 18-day uprising in Egypt in which an estimated 12 million people — perhaps the largest such civil insurrection in history — took to the streets against the Mubarak regime.”* (MIDDLE EAST INSTITUTE, 2011).¹⁶

Em suas ocupações e protestos não-violentos, os manifestantes utilizavam-se de diversos mecanismos pacíficos e que contribuía ainda mais para legitimação de suas ações. Dentre esses, segundo o que é descrito na postagem do *Egypt Independent* (2012), bem como ilustrado no documentário *“The Square”* (2013), de Jehane Noujaim, os diversos grupos da sociedade que se uniam nas praças e nas ruas de todo o país de modo espontâneo cantavam músicas, levantavam cartazes e bandeiras, enfrentavam as repressões pacificamente e gritavam, com a esperança de que a queda do regime e as melhorias de qualidade de vida e bem-estar viriam para todos.

Diante dessas ações da sociedade e sentindo-se pressionado pelos crescentes movimentos populares, o ditador Mubarak anuncia, em 1 de fevereiro de 2011, que iria renunciar ao cargo, mas que tal transição só seria efetivada em setembro do mesmo ano. Este pronunciamento, entretanto, instaurou um período de caos na capital do país, Cairo.

¹⁵ Estavam presentes todos os tipos de pessoas, mesmo àquelas que eu conhecia e que não via há anos. Nenhuma delas se dedicava à política. Ninguém esperava que isto acontecesse. Não foi arranjado, as pessoas apenas foram [para Tahrir] porque não tinham nada a perder.

¹⁶ Nos 18 dias das ações no Egito, é estimado que mais de 12 milhões de pessoas foram às ruas contra o regime de Mubarak, sendo, talvez, a maior mobilização civil na história.

Manifestantes e militares em favor de Mubarak, descontentes com o desfecho que seria seguido, iniciam uma violenta retaliação contra os participantes da ação não-violenta, resultando, até o dia 9 de fevereiro, em aproximadamente 302 mortes e diversos feridos, segundo dados da *TV Aljazeera* (TIMELINE..., 2011 apud BIJOS; SILVA, 2013, p.66). Esse momento é também muito bem retratado no documentário de Noujaim (2013), no qual podemos observar o uso de tortura, gás lacrimogêneo, assim como diversas outras sérias violações de direitos humanos, tendo diversos desses acontecimentos sido gravados, documentados e divulgados em várias mídias sociais. Como também salientado em postagem do *Waging Nonviolence* (2014), além de servirem como mecanismo de divulgação e ampliação das ações inicialmente, as redes sociais também eram importantes meios pelos quais os manifestantes conseguiam divulgar ao mundo as extremas e violentas formas de repressões que vinham sofrendo. Para Howard, Hussain e Cole, os meios de comunicação online foram importantes veículos organizacionais durante os protestos de 2011, possibilitando formas de se compartilhar mensagens, bem como divulgar e documentar os abusos sofridos pelos manifestantes (Howard and Hussain, 2011; Cole, 2014 apud LAWSON, 2015).

Após as consequências dessa enorme atrocidade terem sido vistas em várias partes do mundo, Mubarak renuncia efetivamente ao seu posto no dia 14 de fevereiro de 2011, passando, por conseguinte, o poder para as mãos do exército. Deste modo e como podemos observar no documentário de Noujaim, sob a falsa promessa e esperança de um governo transitório liderado pelo exército e que iria buscar atender aos pedidos da sociedade - os quais motivaram inicialmente suas ações não-violentas -, os militares permaneceram no comando do Egito até que a escolha de um novo líder, por meio de eleições parlamentares e voto popular, ocorreu. Neste momento do governo transitório, crendo que as mudanças realmente seriam feitas, os manifestantes desocuparam os espaços. No entanto, “Dois dias depois desse acontecimento histórico, o Conselho Supremo das Forças Armadas ordenou a dissolução do parlamento e a suspensão da Constituição” (BIJOS; SILVA, 2013, p.66).

Em função disto, uma série de novas ações não-violentas aconteceram, levando novamente a população às ruas e a ocupação da Praça Tahrir. Mas, não demorou muito até que o exército realmente demonstrasse que não estava do lado do povo, impondo toque de recolher e sucessivas repressões extremamente violentas, deixando mais mortos e mais feridos. Ainda seguindo esse ponto,

De acordo com o jornal local *Egypt Independent*, em 8 de julho de 2011, um protesto se iniciava, mais uma vez na Praça Tahrir. Familiares, simpatizantes e ativistas pediam justiça em decorrência das mortes dos mártires da revolução

jovem. O Exército agiu de forma brutal, destruindo as tendas, espancando e atirando contra as poucas dezenas de manifestantes. Lamentavelmente, o evento não contou com o apoio da população. (BIJOS; SILVA, 2013, p.67)

Posto isto, como relatam as autoras e que também pode ser notado através do documentário de Noujaim, a adesão popular ao longo das ações egípcias, caíram. Essa condição pode ter sido consequência da mudança de comportamento das ações pois, apesar de inicialmente as lutas e movimentos não-violentos contarem com a participação em massa e diversificada da sociedade, com o desenrolar dos acontecimentos e as fortes e violentas represálias do exército, o crescente número de vítimas e feridos nos confrontos diretos durante este período acabaram por enfraquecer a adesão da sociedade à luta. Portanto e como explanado por Chenoweth e Stephan (2011) no terceiro capítulo desta presente pesquisa, a queda da adesão popular mostra-se como um fator negativo para a efetividade e legitimidade das ações não-violentas. Somente através de uma grande e diversa participação é que as ações poderão gerar mudanças realmente efetivas, pois apenas assim a população poderá se sentir representada e a ação terá maior visibilidade, ao passo que poderá resultar em uma maior pressão sobre a outra parte e, como resultado, o alcance dos objetivos almejados por todos.

Nesse prisma, seguindo o que é retratado em *“The Square”* (2013), os manifestantes, que no início das ações e da revolução estavam em aparente harmonia e seguiam o mesmo propósito - queda de Mubarak -, com o desenrolar da situação no país, se dividiram internamente e, dessa forma, houve uma quebra e um enfraquecimento da ação não-violenta. A Irmandade Muçulmana, que havia participado das ações em seu primeiro momento, entretanto, tinha os seus próprios interesses e objetivos, levando-os a fazer acordos paralelos com o exército para que, nas futuras eleições parlamentares que viriam a acontecer em algum momento, o candidato por eles indicado pudesse sair vitorioso; fato este que efetivamente ocorreu através da vitória de Mohamed Morsi. Dessa forma e de acordo com Mark Engler e Paul Engler ao *Waging Nonviolence* (2014), diferentemente das ações não-violentas da sociedade civil, as quais não detinham uma estrutura organizacional delineada, a Irmandade, pautando-se na sua estruturação e no seu alinhamento coletivo, pôde usar-se das conquistas prévias obtidas por meio das ações para que seus objetivos e interesses fossem conquistados e defendidos.

Assim, após mais de um ano sob um regime militar, eleições parlamentares, e primeiro e segundo turno nas eleições populares, somente em 24 de junho de 2012 é que Mohamed Morsi foi eleito oficialmente novo presidente do Egito. O processo eleitoral, acompanhando o caos que o país vivia, também apresentou diversos problemas, sobretudo em função das fortes

denúncias de fraudes, gerando um clima de incerteza sobre parte da população (KIRKPATRICK, 2011 apud BIJOS; SILVA, 2013). Ademais, relembro que, este período transitório até que as eleições realmente ocorressem e Morsi fosse eleito ficou marcado pelas intensas e violentas repressões, seguidas de mortes e confrontos que, em certos momentos, mostraram-se conduzidos pela lógica da violência em ambas as partes, exército e forças pró-governo. Assim como as forças do exército, manifestantes de cunho mais radical também partiram do uso da violência, indo contra todo o propósito de uma ação não-violenta direta. Este ponto, portanto, acabou sendo um dos principais elementos de deslegitimação das ações, de acordo com os debates já realizados ao longo desta pesquisa e ideia exposta principalmente por Chenoweth e Stephan (2011).

Em relação ao governo de Morsi, em verdade, este não se diferenciou dos seus antecessores, perpetuando uma sociedade com péssimas condições e qualidade de vida, além de ter autorizado violentas repressões contra manifestação da sociedade e métodos de ação não-violenta (BIJOS; SILVA, 2013). Em suma, Morsi, enquanto candidato representante da Irmandade Muçulmana, acabou por direcionar suas diretrizes para que os interesses dessa parcela da sociedade - membros da Irmandade - fossem atendidos, mas de forma a dar continuidade ao precário sistema social, além de também envolver-se por diversas vezes em casos de corrupção. A sociedade então, completamente insatisfeita com os desfechos de toda a sua revolução, a qual não trouxe nenhuma conquista efetiva para o povo, sai novamente às ruas, com o propósito de promoverem uma quebra de regime realmente eficiente desta vez.

No decorrer do ano de 2012 e metade de 2013, as lutas travadas em busca de uma mudança do regime vigente continuaram, como é retratado em *“The Square”* (2013). Somente em julho de 2013, todavia, Mohamed Morsi, não mais resistindo às fortes e constantes pressões populares e internas de seu governo, foi deposto de seu cargo e, como já havia acontecido anteriormente no período da queda de Mubarak, os militares retornam ao poder. Novamente a história se repetia e, apesar das lutas e ações não-violentas sucessivas, os serviços sociais e de saúde básicos, a pobreza, a insatisfação e muito mais, se acentuaram no país, o qual vive, até os dias atuais, sob condições semelhantes. Atualmente, o Egito é governado por Abdul Al-Sisi, que, segundo publicação do *El País* (2017), continua a governar com punhos de ferro, não propiciando à população a dignidade e qualidade de vida necessárias. Como observa Lawson (2015), como um todo, a região está presa entre pactos frágeis, renovação iliberal, e queixas não satisfeitas.

Posto isto, ao longo de toda a revolução no Egito, diversos elementos constituintes de uma ação não-violenta direta puderam ser observados. Através da leitura dos textos, reportagens

e publicações e, principalmente das informações que pude agregar depois de assistir ao documentário, as ocupações, os protestos, o enfrentamento e a não passividade, o uso de meios de comunicação, mídias sociais, músicas, cartazes etc., todos estes foram elementos essenciais para que os objetivos fossem parcialmente alcançados, isto é, a queda do antigo regime de Mubarak. Todavia, assim como alguns dos manifestantes mesmo reconhecem em alguns diálogos em “*The Square*” (2013) e de acordo com o que é exposto em reportagem do *Waging Nonviolence* (2014), as ações não-violentas, em seu primeiro momento, estavam centradas na mobilização pelas questões cruciais que acometiam a sociedade – busca pela melhoria na qualidade de vida e dignidade -, falhando, desta forma, na organização estratégica e política que deveria acompanhar a luta, em prol de seu efetivo sucesso. Em síntese, um dos maiores “erros” dos manifestantes foi terem desocupado as vias públicas, a Praça Tahrir e outros locais, antes mesmo que todos os seus objetivos tivessem sido alcançados e devidamente implementados. Mas, ao invés disso, o movimento foi quebrado, dividindo-se em grupos com interesses e objetivos coletivos distintos, impossibilitando o seu sucesso e sua legitimidade contra o sistema e governo vigente.

4.3. Análise comparativa dos casos

Com base no que explanei acima acerca de cada uma das situações, irei, neste momento, apresentar uma análise centrada nas diferenças e nas semelhanças de ambas ações, justificando, a partir dos debates teóricos feitos previamente, o porquê do sucesso de uma e o fracasso de outra. Esta análise é realizada com o intuito de comprovar a minha hipótese inicial, de que as ações não-violentas da sociedade civil contribuem positivamente com a resolução pacífica de conflitos, sendo necessário, porém, encontrar a resposta empírica para afirmar esta ideia. Através da minha pergunta de pesquisa - como as ações não-violentas de movimentos da sociedade civil contribuem para a resolução pacífica de conflitos? -, pude compreender e estudar mais a fundo quais são os meios, táticas e estratégias fundamentais para que uma ação não-violenta venha a obter legitimidade e um efetivo sucesso ao buscar atingir seus objetivos.

A partir deste entendimento, o caso de Nashville é tido aqui como o de efetivo sucesso e um exemplo claro a ser seguido. Isto pois, através do uso exclusivo de vias não-violentas, da sua organização estratégica, definição de objetivos assertivos e coletivos a serem alcançados, bem como o ensinamento da teoria e das táticas de não-violência inspiradas nas ações de Gandhi e que foram repassadas por líderes experientes na temática, os diversos estudantes e manifestantes adeptos à luta puderam entender e estudar as melhores formas de resistirem às

retaliações, e se manterem firmes em seu propósito. As suas táticas organizadas de protestos, ocupações, boicotes, confrontos e desobediência civil foram fundamentais para o início da mudança do sistema segregacionista que era vigente em toda a região sul dos Estados Unidos.

Já em relação às ações no Egito, em comparação com o caso acima, em certos momentos manifestantes mais radicais que participavam da ação e da luta, responderam às repressões do governo e do exército também com medidas de cunho violento – ainda que não na mesma proporcionalidade, claro -, atirando pedras e bombas contra a outra parte, por exemplo. Este ponto é importante, pois podemos observar que diferentemente do de Nashville, no caso das ações egípcias, os participantes destas não tiveram acesso aos ensinamentos acerca de como uma ação não-violenta deveria ser organizada estrategicamente ou como deveriam seguir e agir quando respostas violentas fossem dadas. Esta questão, portanto, mostrou-se como falha no Egito, um movimento que surgiu de forma espontânea, sem preocupação profunda com a necessidade e o impacto de uma estruturação e organização estratégica como forma de atingirem seus objetivos.

Em ambas situações o uso de métodos de não-violência fez-se presente. As diversas ocupações da Praça Tahrir, no Egito, ou dos restaurantes e lanchonetes, em Nashville, somados aos enfrentamentos diretos e a não passividade, os protestos e uso dos meios de comunicação para tentarem ampliar ainda mais o alcance das ações, foram elementos importantes a serem utilizados. Porém, no Egito, foram operados de forma não eficaz. Além do planejamento estratégico, a adesão popular em massa é crucial para dar sequência às ações e gerar impactos significativos, sendo este outro elemento de diferenciação entre os casos aqui analisados. Enquanto em Nashville os métodos não-violentos agregaram notoriedade e participação popular - inclusive de brancos na luta pelo fim da segregação racial na cidade -, no Egito, apesar de as ações iniciais terem contado com a participação diversa e em massa, foi-se perdendo apoio ao longo da luta.

Esta perda de apoio na luta egípcia, em meu ponto de vista, deu-se majoritariamente em função dos divergentes objetivos que eram almejados pelos grupos participantes. Como o exemplo discutido anteriormente sobre a Irmandade Muçulmana, as negociações paralelas por eles realizadas para que pudessem colocar no poder um de seus candidatos foram um dos pontos de maior enfraquecimento de toda a luta não-violenta. Em suma, é perceptível que não tinham pretensão de lutarem somente por uma possível reforma constitucional e a melhoria do bem-estar e qualidade de vida no país, como a maioria dos manifestantes, mas sim pela defesa e manutenção de seus próprios interesses. Em comparação, esta quebra de objetivo geral não ocorreu em Nashville, onde todos mantiveram-se relativamente unidos e focados no alcance do

fim da divisão racial dos espaços públicos na cidade. Isto posto, a necessidade de um delineamento de onde se quer chegar e o pleno entendimento e comprometimento de todos são essenciais para que a ação não-violenta não perca sua força no caminho e todos possam se manter firmes no propósito da luta.

Ao analisar, portanto, ambos os casos de forma comparada, é possível identificarmos pontos que foram cruciais para o sucesso de um e o fracasso de outro. As ações não-violentas de Nashville obtiveram sucesso em seus objetivos por questões de planejamento estratégico e comprometimento de todos, resultando no fim da divisão formal entre negros e brancos nos espaços públicos da cidade, servindo ainda de exemplo para que muitos outros municípios e estados da região sul, na época, também colocassem um fim no regime segregacionista. No Egito, todavia, a falta de organização, planejamento estratégico, adesão popular em massa no decorrer da luta, o uso exclusivo de vias não-violentas e a não definição de um único objetivo almejado por todos, foram pontos que, nesta presente pesquisa, identifiquei e concluo que atrapalharam as ações não-violentas a atingirem seu real e efetivo sucesso.

Por fim, como forma de sintetizar e ilustrar o argumento aqui elaborado, segue abaixo o quadro comparativo (Quadro 1) entre ambos os casos. Para melhor compreensão, ressalto também que os itens comparativos elencados foram todos descritos e explicados de forma mais profunda no decorrer deste ponto (4.3) da monografia.

Quadro 1. Quadro comparativo entre as ações não-violentas de Nashville e do Egito

Variáveis comparativas	<u>Nashville</u>	<u>Egito</u>
Uso <i>exclusivo</i> de vias não-violentas	Sim	Não, houve respostas violentas de ambos os lados, mesmo que as ações tenham sido majoritariamente não-violentas
Organização e planejamento estratégico	Sim	Não, ações espontâneas
Adesão popular em massa	Sim	Sim, mas somente nas primeiras ações não-violentas
Estudo prévio sobre a não-violência	Sim	Não
Objetivos claros e definidos	Sim	Não, pois os diferentes grupos participantes das ações possuíam diferentes objetivos
Uso de meios de comunicação para ampliar o alcance da ação	Sim	Sim

Fonte: elaboração própria.

5. CONCLUSÃO

Em vista das discussões teóricas e empíricas realizadas ao longo desta monografia, foi possível buscar respostas ao questionamento inicial sobre como as ações não-violentas da sociedade civil contribuem para a resolução pacífica de conflitos. Assim, partindo da hipótese de que essas ações contribuíam positivamente para as resoluções, o objetivo geral também se centrou em verificar a existência e a pertinência de argumentos que embasassem a pergunta. Os objetivos específicos, por sua vez, foram divididos na revisão teórica dos Estudos para a Paz e Resolução de Conflitos, pesquisa e estudo das ações não-violentas e os debates deste campo, assim como na análise comparativa entre os casos de ação não-violenta da sociedade civil em Nashville, na década de 1960, e no Egito, em 2011.

Assim sendo, na primeira parte do desenvolvimento desta pesquisa, busquei trazer os importantes e centrais debates sobre os Estudos para a Paz e a Resolução de Conflitos, para que a fundamentação teórica necessária para o restante do trabalho pudesse ser apresentada de forma assertiva. Por meio das contribuições elencadas nesta parte, sobretudo aquelas feitas por Johan Galtung, Gene Sharp e Gilberto Carvalho Oliveira, a compreensão sobre as diversas formas de violência, visíveis e invisíveis, bem como os diferentes métodos de resolução de conflitos, sejam eles tradicionais ou não, contribuiu diretamente para que uma possibilidade de resposta ao questionamento inicial fosse encontrada.

No capítulo seguinte, apresentei mais a fundo os debates e argumentações em torno das ações não-violentas como método factível de resolução de conflito. Mediante o que foi exposto no decorrer dessa parte da monografia, o conhecimento sobre os métodos de ocupações, protestos, não-cooperação, boicotes em massa, etc., bem como sobre o uso de ferramentas tais quais as mídias sociais, meios de comunicação, foram elementos essenciais para que a análise comparativa a seguir tivesse fundamento. Para além destas ferramentas, a disseminação e universalização do conhecimento sobre as ações não-violentas e como estas operam, também se mostraram como cruciais para que o efetivo sucesso fosse atingido. No último capítulo e tendo como base as argumentações apresentadas anteriormente, realizei uma análise comparativa entre os casos de Nashville e Egito. Além de contextualizar cada um destes, em seguida assinalo suas principais diferenças e semelhanças, com a finalidade de que o exemplo empírico contribuísse para responder ao questionamento que norteou a presente pesquisa.

Em suma e após todas essas colocações, a hipótese inicial pôde ser comprovada. A partir do estudo mais aprofundado acerca das ações que ocorreram em Nashville, por exemplo, tornou-se visível que o uso de vias estritamente não-violentas, a organização e o planejamento

estratégico, a definição clara dos objetivos a serem atingidos, a adesão popular em massa e diversificada, o uso dos meios de comunicação, em conjunto com o estudo prévio de como as ações não-violentas funcionam, foram mecanismos eficientes de resolução, e sendo possível aplicá-los sob quaisquer contextos, desde os mais brandos aos mais repressivos.

Por fim, para trabalhos futuros, deixo os seguintes questionamentos: a partir do nosso conhecimento sobre os malefícios gerados por conflitos violentos, sobretudo depois de um século marcado por duas grandes guerras e a insurgência de numerosos conflitos internos, seria possível a institucionalização - sendo esta entendida como a forma de legitimar as ideias não-violentas através do estabelecimento de normas e métodos de adaptação, sobretudo social, por meio de órgãos reguladores - das ações não-violentas enquanto única forma viável de resolução de conflitos? Ademais, por que não promover, também, o ensino das vias não-violentas em escolas e demais instituições de ensino? Como a sociedade reagiria, a longo prazo, a uma maior propagação de ideais não-violentos? Seria possível a construção de sociedades mais pacíficas através da institucionalização do viés não-violento ou seria este um ideal meramente utópico? Além disso, do ponto de vista metodológico, será possível localizar casos nos quais as ações não-violentas obtiveram ou obtenham sucesso mesmo sem um planejamento estratégico prévio? Por fim, se tal planejamento for condição efetivamente imprescindível, as ações não-violentas seriam sempre inconciliáveis com insurgências espontâneas? Todas essas – e outras questões – podem alimentar a necessária agenda política e de pesquisas a respeito das ações não-violentas no século XXI.

REFERÊNCIAS

A FORCE MORE POWERFUL. Direção de Steve York. International Center Nonviolent Conflict. 1999.

AMARAL, Rodrigo Augusto Duarte. Considerações sobre a violência pela ótica de Johan Galtung: alguns aspectos do terrorismo e o advento da intolerância. In: Cadernos de Campo. n.19. p.106. Araraquara - SP. 2015.

BIJOS, Leila e SILVA, Patrícia Almeida. ANÁLISE DA PRIMAVERA ÁRABE: um estudo de caso sobre a revolução jovem no Egito. Revista CEJ, Brasília, Ano XVII, n. 59, p. 58-71, jan./abr. 2013.

BOBBIO, Norberto. O problema da guerra e as vias da paz. Editora Unesp. 2003.

BURTON, John W. and SANDOLE, Dennis J.D. Generic Theory: The Basis of Conflict Resolution. Negotiation Journal. October, 1986.

CHENOWETH, Erica and STEPHAN, Maria J. Why Civil Resistance Works: The Strategic Logic of Nonviolent Conflict. Columbia University Press. 2011.

DAVIES, Thomas Richard. The failure of strategic nonviolent action in Bahrain, Egypt, Libya and Syria: 'political ju-jitsu' in reverse, Global Change, Peace & Security: formerly Pacifica Review: Peace, Security & Global Change, 26:3, 299-313, 2014.

EGYPT INDEPENDENT. Was the Egyptian revolution really non-violent?. 2012. Disponível em: < <https://egyptindependent.com/was-egyptian-revolution-really-non-violent/> > Acesso em: 18 de outubro de 2021.

EL PAÍS. Sete anos de frustração desde a eclosão da Primavera Árabe. 2017. Disponível em: < https://brasil.elpais.com/brasil/2017/12/16/internacional/1513454978_043457.html > Acesso em: 8 de março de 2020.

ELIAS, Ivi Vasconcelos. Resolução de Conflitos e Relações Internacionais: quadro analítico para o estudo do processo de paz da Irlanda do Norte. In: O MITO DE SÍSIFO: a mediação do processo de paz na Irlanda do Norte e a assinatura do Acordo de Sexta Feira Santa. Dissertação (Dissertação em mestrado de Relações Internacionais. PUC-Rio, p.237, 2009.

FERREIRA, Marcos Alan S. V. Estudos Críticos da Paz e Crime Organizado Transnacional. Revista Crítica de Ciências Sociais [Online], 113, 2017.

FREIRE, Maria Raquel e LOPES, Paula Duarte. Reconceptualizar a paz e a violência: Uma análise crítica. Revista Crítica de Ciências Sociais [Online], 82, 2008.

GALTUNG, Johan. Violence, Peace, and Peace Research. Journal of Peace Research, Vol. 6, No. 3, 1969.

LAWSON, George. Revolution, non-violence, and the Arab Uprisings. Mobilization: An International Quarterly. ISSN 1086-671X (In Press), 2015.

MIDDLE EAST INSTITUTE. The Power of Strategic Nonviolent Action in Arab Revolutions. 2011. Disponível em: < <https://www.mei.edu/publications/power-strategic-nonviolent-action-arab-revolutions>> Acesso em: 20 de outubro de 2021.

NASCIMENTO, Daniela. As estratégias de resposta a conflitos violentos e de (re)construção da paz: Uma análise crítica. Revista Crítica de Ciências Sociais [Online], 105, 2014.

OLIVEIRA. A utilização da força militar na gestão e resolução de conflitos. In. Incursões na Teoria de Resolução de Conflitos. Lisboa: Universidade Autónoma de Lisboa. Observare, p.133-165, 2017.

OLIVEIRA, Gilberto Carvalho. Abordagens pacifistas à resolução de conflitos: um panorama sobre o pacifismo pragmático. JANUS.NET e-journal of International Relations, Vol.7, N.º1, Maio-Outubro, 2016.

OLIVEIRA, Gilberto Carvalho. Estudos da paz: origens, desenvolvimentos e desafios críticos atuais. Rev. Carta Inter. Belo Horizonte, v.12, n.1, p.148-172, 2017a.

_____. Abordagens pacifistas à Resolução de Conflitos: um panorama sobre o pacifismo de princípios. In. *Incursoes na Teoria de Resolução de Conflitos*. Lisboa: Universidade Autónoma de Lisboa. *Observare*, p. 165-205, 2017b.

PUREZA, José Manuel. O desafio crítico dos Estudos para a Paz. *Guerra e Paz. Relações Internacionais*, 32 [pp.005-022], dezembro, 2011.

RUCHA-PEREIRA, João G. *Resolução de Conflitos Internacionais: estudo com militares em missões de paz*. Tese (Tese de doutorado em Psicologia Comunitária). ISPA - Instituto Universitário de Ciências Psicológicas, Sociais e da Vida, p.338, 2016.

SOUSA, Ricardo R. *Relações Internacionais e o Estudo da Paz e Conflito, o contexto da Resolução de Conflitos*. In. *Incursoes na Teoria de Resolução de Conflitos*. Lisboa: Universidade Autónoma de Lisboa. *Observare*, p. 49-99, 2017a.

_____. Genealogia da Investigação da Paz behaviorista. In. *Incursoes na Teoria de Resolução de Conflitos*. Lisboa: Universidade Autónoma de Lisboa. *Observare*, p.99-133, 2017b.

THE SQUARE. Direção de Jehane Noujaim. Netflix. 2013.

WAGING NONVIOLENCE. Did nonviolence fail in Egypt?. 2014. Disponível em: <<https://wagingnonviolence.org/2014/02/nonviolence-fail-egypt/>> Acesso em: 9 de março de 2020.

WYNN, Linda T. The Dawning of a New Day. *The Nashville Sit-Ins, February 13-May 10, 1960*. Tennessee Historical Quarterly. Vol. 50, No. 1 (SPRING 1991), pp. 42-54. 2014.